

Perceção de Coparentalidade e de Envolvimento Parental em mães e pais divorciados/separados

VERSÃO FINAL APÓS DEFESA

Catarina Beselga Cabral

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Psicologia Clínica e da Saúde
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof. Doutora Ana Isabel Cunha

julho de 2025

Declaração de Integridade

Eu, Catarina Beselga Cabral, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M13243 do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 22 de julho de 2025

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Ana Cunha, agradeço toda a orientação, sugestões e paciência na ajuda para a realização deste trabalho.

À minha família e amigos, por me apoiarem durante todo o processo. Em especial, à Francisca, que me acompanha há quase 8 anos e que viveu, mais uma vez, uma etapa da minha vida comigo acreditando sempre em mim, por vezes até mais que eu própria. Sem ti não seria possível!

Ao meu namorado, por tudo aquilo que representa na minha vida e por toda a paciência e amor com que lidou com as minhas dúvidas e angústias durante estes meses de estágio, acreditando sempre que eu conseguiria alcançar todos os meus objetivos. Obrigada por seres o meu porto seguro quando tudo parece desmoronar!

Por último, mas talvez o agradecimento mais especial, agradeço aos meus pais, por tudo aquilo que fizeram por mim, não só durante estes meses, mas sempre. Não há palavras que expliquem a sorte que é ser vossa filha. Vocês são a razão pela qual eu cheguei até aqui hoje, ser-vos-ei eternamente grata.

Resumo

A relação coparental é estabelecida quando duas pessoas partilham a responsabilidade pelos cuidados e bem-estar de uma criança. O envolvimento parental caracteriza-se pelas ações que cada progenitor tem em relação às crianças. O objetivo do presente estudo é analisar as percepções de coparentalidade e de envolvimento parental de pais e mães que passaram por um divórcio/separação e que têm filhos entre os 3 e os 10 anos de idade. O estudo integra no total 294 participantes, que responderam à versão portuguesa do *Coparenting Questionnaire (CQ)*, de forma a avaliar três dimensões da coparentalidade (cooperação, triangulação e conflito), e a itens específicos da *Escala de Envolvimento Paterno*, adaptada para analisar a percepção que mães e pais têm do seu próprio envolvimento na vida dos/as filhos/as. Foram conduzidos dois estudos. No Estudo 1 (n=254) foram analisadas e comparadas as percepções de coparentalidade e envolvimento parental entre um grupo (n=116) de pais e mães divorciados/separados e um grupo (n=138) de pais e mães casados/união de facto. Os resultados revelaram que mães/pais casados/união de facto percebem o cônjuge como mais cooperante na relação coparental, enquanto mães/pais divorciados/separados percebem mais conflito por parte do ex-cônjuge. O Estudo 2 (n=40) analisou as diferenças e acordo interparental entre ex-cônjuges, tendo os resultados revelado a inexistência de diferenças significativas ao nível da percepção de conflito, cooperação, triangulação e envolvimento parental entre os pais e as mães. Verificou-se ainda que as percepções das mães e dos pais em relação à coparentalidade estavam positivamente associadas. No envolvimento parental não foram encontradas associações entre as percepções das mães e dos pais. Os resultados são discutidos no âmbito da dinâmica da relação coparental e do envolvimento parental após a dissolução conjugal, salientando implicações práticas para a intervenção com famílias que vivenciaram o divórcio/separação.

Palavras-chave

Coparentalidade;Envolvimento Parental;Divórcio.

Abstract

The coparenting relationship is established when two people share responsibility for the care and well-being of a child. Parental involvement is characterized by the actions that each parent takes in relation to the children. The aim of this study is to analyze the perceptions of coparenting and parental involvement of fathers and mothers who have gone through a divorce/separation and have children between the ages of 3 and 10. The study includes a total of 294 participants, who answered the Portuguese version of the Coparenting Questionnaire (CQ), in order to assess three dimensions of coparenting (cooperation, triangulation and conflict), and specific items from the Paternal Involvement Scale, adapted to analyze the perception that mothers and fathers have of their own involvement in their children's lives. Two studies were conducted. In Study 1 (n=254), perceptions of coparenting and parental involvement were analyzed and compared between a group (n=116) of divorced/separated fathers and mothers and a group (n=138) of married/cohabiting fathers and mothers. The results revealed that married/cohabiting mothers/fathers perceive their spouse as more cooperative in the coparenting relationship, while divorced/separated mothers/fathers perceive more conflict on the part of their ex-spouse. Study 2 (n=40) analyzed the differences and interparental agreement between ex-spouses, and the results showed that there were no significant differences in the perception of conflict, cooperation, triangulation and parental involvement between fathers and mothers. It was also found that mothers' and fathers' perceptions of coparenting were positively associated. No associations were found between mothers' and fathers' perceptions of parental involvement. The results are discussed in the context of the dynamics of the coparenting relationship and parental involvement after marital dissolution, highlighting practical implications for intervention with families who have experienced divorce/separation.

Keywords

Coparenting; Parental Involvement; Divorce.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 - Enquadramento teórico	3
1.1. Família após a separação conjugal	3
1.2. Parentalidade	5
1.3. Coparentalidade	6
1.3.1. Fatores associados à coparentalidade	8
1.4. Envolvimento Parental e Coparentalidade	10
Capítulo 2 – Estudo Empírico	12
2.2.1. Procedimentos	13
2.2.2. Caracterização da amostra	14
2.2.3. Instrumentos	17
2.2.4. Análise Estatística	19
2.3. Resultados	19
2.4. Discussão	29
2.5. Conclusão	33
Referências Bibliográficas	36

Lista de Tabelas

- Tabela 1. – Características Sociodemográficas dos Participantes do Estudo 1 – Grupo 1 e Grupo 2
- Tabela 2. – Características Sociodemográficas das Crianças – Estudo 1
- Tabela 3. – Características Sociodemográficas dos Participantes do Estudo 2
- Tabela 4. – Características Sociodemográficas das Crianças – Estudo 2
- Tabela 5. – Análise de médias e frequência de respostas dadas no Grupo 1 no QC
- Tabela 6. – Análise de médias e frequência de respostas dadas no Grupo 2 no QC
- Tabela 7. - Análise de médias e frequência de respostas dadas no Grupo 1 na EEP
- Tabela 8. - Análise de médias e frequência de respostas dadas no Grupo 2 na EEP
- Tabela 9. – Coparentalidade: estatísticas descritivas e diferenças das médias (Grupo 1 e Grupo 2)
- Tabela 10. – Envolvimento Parental: estatísticas descritivas e diferenças das médias (Grupo 1 e Grupo 2)
- Tabela 11. – Análise de médias e frequência de respostas dadas no QC (perspetiva materna)
- Tabela 12. – Análise de médias e frequência de respostas dadas no QC (perspetiva paterna)
- Tabela 13. – Análise de médias e frequência de respostas dadas na EEP (perspetiva materna)
- Tabela 14. – Análise de médias e frequência de respostas dadas na EEP (perspetiva paterna)
- Tabela 15. – Coparentalidade: estatísticas descritivas e diferenças das médias (classificações materna e paterna)
- Tabela 16. – Envolvimento Parental: estatísticas descritivas e diferenças das médias (classificações materna e paterna)
- Tabela 17. – Correlações entre as perceções de Coparentalidade entre mães e pais
- Tabela 18. – Correlações entre as perceções de Envolvimento Parental entre mães e pais

Lista de Acrónimos

CE	Comissão de Ética
UBI	Universidade da Beira Interior
QC	Questionário de Coparentalidade
CQ	<i>Coparenting Questionnaire</i>
EEP	Escala de Envolvimento Paterno

Introdução

Ao longo das últimas décadas verificou-se um aumento do número de divórcios. Por exemplo, em Portugal, no ano de 2023, registaram-se 17430 divórcios, ou seja, ocorreram 1,6 divórcios por cada 1000 pessoas (Pordata, 2025). O divórcio é caracterizado como um evento de vida causador de stress (Ahrons, 2015) e uma das principais transições de vida não normativas (Lamela et al., 2010). A ocorrência de uma dissolução conjugal leva, conseqüentemente, a um desequilíbrio associado a perdas e ganhos, na vida de todos os membros do sistema familiar (Carter & McGoldrick, 1995), provocando, por vezes, sentimentos como raiva, culpa, ansiedade, solidão, alívio e liberdade (Pereira, 2022). O divórcio tem vindo a demonstrar uma dualidade nas repercussões que o mesmo pode ter na vida dos indivíduos, pois, por um lado, pode levar à ocorrência de eventos de desajustamento pessoal, como aumento de sintomatologia psicopatológica e diminuição de recursos financeiros, e por outro, pode traduzir-se numa experiência de realização e crescimento pessoal (Lamela et al., 2010). Estudos científicos têm mostrado que os motivos mais frequentes para o fim da relação conjugal são a violência doméstica, infidelidade, conflito marital, baixos níveis de comprometimento face à relação (Amato, 2010), dificuldades na comunicação, não divisão das responsabilidades domésticas e dificuldades financeiras (Pereira, 2022).

Nas famílias com filhos, o divórcio é um evento que interfere no ajustamento das crianças e que pode alterar a normalidade do desenvolvimento das mesmas (Almeida et al., 2000). Mas mesmo após a dissolução conjugal, a relação entre as figuras coparentais continua a existir no sistema familiar (Margolin et al., 2001). Segundo Feinberg (2003), o termo coparentalidade refere-se às diferentes formas através das quais as figuras parentais estão associadas entre si enquanto pais, ou seja, ocorre quando indivíduos partilham responsabilidades a fim de criar e educar os seus filhos (Feinberg, 2003). A literatura tem mostrado que a qualidade desta relação é um dos principais preditores do desenvolvimento das crianças (Lamela & Figueiredo, 2016) e que a forma como os pais se relacionam entre si e com os filhos no pós-divórcio pode interferir na forma de como estes encaram a separação (Almeida et al., 2000) daí a importância do seu estudo. O envolvimento parental envolve uma vasta variedade de práticas parentais aplicadas a diferentes contextos a fim de garantir o desenvolvimento dos filhos (Tao & Lau, 2021) e diz respeito às ações que cada figura parental tem em relação às crianças (Godinho, 2023). Este pode ser caracterizado como sendo de natureza direta ou de natureza indireta, sendo que, o de natureza direta refere-se à interação direta com os filhos, por exemplo, através do brincar, do tempo passado com os mesmos e das formas de cuidado prestadas a estes, e no que concerne ao de natureza

indireta, este caracteriza-se pela responsabilidade e disponibilidade face a aspetos relacionados como o bem-estar dos filhos, como por exemplo, educação, saúde e questões financeiras (Grzybowski & Wagner, 2010).

Tendo em conta a relevância desta temática e o impacto que a coparentalidade e o envolvimento parental têm no desenvolvimento das crianças, o presente estudo pretende analisar a perceção de coparentalidade e o envolvimento parental de pais e mães separados/divorciados com filhos com idades compreendidas entre os três e os dez anos. Com um foco especial na família pós-divórcio, serão apresentados dois estudos com amostras distintas. O primeiro estudo foca-se na análise das variáveis referidas em pais/mães separados/divorciados, procedendo-se a uma comparação com pais/mães casados/unidos de facto. O segundo incidirá numa amostra de ex-cônjuges (i.e., pai e mãe da mesma criança), comparando as perspetivas de ambos os progenitores.

A dissertação organiza-se em cinco capítulos. O primeiro centra-se no enquadramento teórico, onde se aborda a família após a dissolução conjugal, os conceitos de coparentalidade e parentalidade, bem como, os principais modelos conceptuais que explicam os fatores que fundamentam a relação coparental, os fatores associados à coparentalidade no pós-divórcio e o envolvimento parental. O segundo capítulo é dedicado à apresentação do estudo empírico, referindo os objetivos e a metodologia de investigação utilizada no presente estudo (i.e., amostra, procedimentos, instrumentos, análise estatística), os resultados obtidos e a discussão dos mesmos, e por fim, as conclusões finais.

Capítulo 1 - Enquadramento teórico

1.1. Família após a separação conjugal

A família constitui um sistema aberto, caracterizado por interações e desenvolvimento constantes (Severino et al., 2014), considerado como a base das primeiras experiências dos indivíduos (McGoldrick et al., 2015). É na família que são estabelecidas as primeiras relações e o primeiro sentimento de pertença a um grupo (McGoldrick et al., 2015). Esta é a instituição social mais antiga responsável por garantir a propagação de valores entre gerações e a organização social (Fabrino, 2012). A família, enquanto sistema, possui propriedades distintas de todos os outros sistemas, sendo o único que incorpora novos membros apenas através do nascimento, adoção e casamento, e onde os membros podem sair do sistema apenas devido ao seu falecimento (Carter & McGoldrick, 1995).

A família, e os indivíduos que dela fazem parte, passam por um ciclo vital marcado por diferentes fases, algumas delas esperáveis, e já outras imprevisíveis (Mussumeci & Ponciano, 2019). O divórcio é um dos acontecimentos de vida não normativos e inesperados (Severino et al., 2014) considerado como um dos eventos mais indutores de stress, afetando todos os membros do sistema familiar, levando a que estes tenham de aprender novas formas de se relacionarem e novos mecanismos para lidar com as situações que possam advir desta rutura (Ahrons, 2015). Carter e McGoldrick (1995) consideram que a família que está a passar pelo divórcio experiencia picos de tensão, nomeadamente em momentos como a tomada de decisão da separação, no momento do divórcio legal e da separação física, e no anúncio desta decisão à família e amigos. No caso das famílias em que existem filhos, esta tensão pode surgir na discussão das questões financeiras e da custódia dos filhos, na comunicação entre os ex-cônjuges sobre aspetos relacionados às crianças e em acontecimentos importantes na vida dos filhos e de cada cônjuge (Carter & McGoldrick, 1995).

Como membros do sistema familiar, os filhos são também afetados pelo divórcio. Apesar da/o separação/divórcio se ter tornado um fenómeno mais comum ao longo dos anos e, consequentemente, das repercussões que este evento tem nos envolvidos serem cada vez menores (Fedullo, 2001), a literatura tem vindo a mostrar que a dissolução conjugal impacta significativamente o bem-estar emocional e a adaptação social das crianças (Almeida et al., 2000), especialmente quando está presente uma relação parental conflituosa (Homem et al., 2009). De acordo com D'Onofrio e Emery (2019), o divórcio está associado a um maior risco de crianças/adolescentes desenvolverem problemas, como, dificuldades académicas, comportamentos disruptivos e sentimentos depressivos. Além disso, a exposição das crianças a conflitos entre os progenitores após o divórcio tem

mostrado consequências a longo prazo, causando nestas uma maior ansiedade nas suas relações pessoais, pior qualidade na relação com os progenitores e a perceção de terem um menor apoio social enquanto jovens adultos (Ganong et al., 2019). No intuito de compreender a causa dos efeitos negativos do divórcio na vida das crianças, têm sido avançadas algumas explicações focadas em três perspetivas (Amato & Keith, 1991). A perspetiva da ausência parental que, explica que, perante um divórcio, há uma tendência para diminuir a qualidade e quantidade de contactos com a figura parental não residente no agregado, e no que diz respeito à figura coabitante, devido a questões laborais, pode estar limitada na quantidade de tempo que consegue dedicar à criança. Assim sendo, é comum que crianças que experienciam o divórcio dos pais possam estar sujeitas a uma diminuição da atenção, ajuda e supervisão parental. A perspetiva da desvantagem económica recai sobre a ideia de que as adversidades experienciadas por crianças com pais divorciados devem-se, em muitos casos, às dificuldades económicas advindas desta nova organização familiar, aumentando assim o risco de problemas ao nível do desenvolvimento da criança. Face à perspetiva dos conflitos familiares, Amato e Keith (1991) argumentam que o conflito entre o par parental, tanto antes como após o divórcio, é um grave stressor para os jovens. De acordo com esta perspetiva, os problemas apresentados pelas crianças não se devem às mudanças na organização familiar advindas do divórcio, mas sim aos conflitos entre a díade parental que as mesmas experienciam (Amato & Keith, 1991).

Além destes fundamentos, podem existir outros que auxiliem a compreensão das repercussões do divórcio nas crianças. As características de cada criança e os aspetos desenvolvimentais decorrentes da idade são fatores essenciais e que devem ser tidos em conta para perceber a adaptação das mesmas ao processo do divórcio (Raposo et al., 2011). Ademais, a sintomatologia psicológica apresentada pelos pais também tem sido relacionada com o ajustamento das crianças ao divórcio, isto porque, as mudanças decorrentes do processo de separação podem causar um aumento da vulnerabilidade psicopatológica e de desadaptação psicossocial na díade parental, levando à repercussão de consequências nos filhos (Raposo et al., 2011). Como fatores que podem ser vistos como protetores na adaptação das crianças ao divórcio, a literatura refere a reduzida presença de conflitos entre os progenitores durante o processo da dissolução conjugal, a qualidade das práticas parentais, a postura adequada dos pais durante a decisão da guarda e a parentalidade ajustada da figura parental que não possui a guarda da criança (Raposo et al., 2011).

Uma rutura conjugal resulta inevitavelmente na dissolução do núcleo familiar, originando, assim, novas configurações do sistema familiar. O conceito de família binuclear é utilizado para definir a nova configuração da família após o divórcio quando existem dois agregados familiares ou subsistemas (Ahrons, 2015). Já as famílias monoparentais são aquelas em que

está presente apenas um dos progenitores, sendo o mesmo o único responsável pelos cuidados dos filhos (Tachibana & Rezende, 2020). A reestruturação do sistema familiar, após o divórcio, é um processo complexo que, segundo Ahrons (1980), requer a compreensão, por parte das figuras parentais, dos papéis e limites entre o subsistema parental e o conjugal. Os progenitores devem reorganizar as suas vidas de modo a garantir que as crianças mantenham relações com ambas as figuras parentais (Ahrons, 2015), e ainda, garantir que o exercício da parentalidade é preservado e compartilhado entre ambos (Weber et al., 2021).

1.2. Parentalidade

A parentalidade pode ser entendida como uma relação, um processo e conjunto de práticas (Hoghughy & Speight, 1998) orientadas a proporcionar o desenvolvimento adaptativo das crianças e a sua sobrevivência (Hoghughy, 2004). Considerada como uma das tarefas mais complexas e mais desafiantes para o ser humano (Barroso & Machado, 2010), esta envolve a partilha de experiências, orientação, promoção de trocas afetivas e a resposta a um conjunto de necessidades por parte das figuras parentais para com os filhos (Grzybowski & Wagner, 2010). Apesar da importância de recursos como proteção, cuidados físicos e nutrição assegurar as necessidades emocionais das crianças é um fator crucial para que estas se desenvolvam de forma adaptativa, de maneira que cresçam tornando-se adultos emocionalmente seguros e competentes (Hoghughy & Speight, 1998). De forma que isto aconteça, os autores defendem que devem estar presentes três aspetos essenciais: amor, cuidado e compromisso; controlo e limites consistentes; facilitação do desenvolvimento (Hoghughy & Speight, 1998).

O exercício da parentalidade pode, segundo Belsky e Jaffee (2006), ser afetado por alguns aspetos, nomeadamente, características individuais da criança, fatores individuais dos progenitores e fatores do contexto social das figuras parentais e dos filhos. Após o divórcio e todas as mudanças estruturais que este acarreta, o exercício da parentalidade torna-se ainda mais complexo (Silva et al., 2020), segundo os autores, existem alguns fatores que dificultam a construção da parentalidade pós-divórcio. A presença de resquícios de conflitos conjugais é um dos fatores que dificulta a prática parental após o fim da relação conjugal, levando a que, por vezes, um dos progenitores seja afastado do seu papel como figura parental (Silva et al., 2020). Consequentemente, estas situações podem resultar no envolvimento dos filhos no confronto conjugal, podendo acarretar desafios relacionados à lealdade e à triangulação (Juras & Costa, 2011). Além disso, os papéis de género também são um fator dificultador do exercício da parentalidade pós-divórcio, Silva et al. (2020) abordam que a visão que a sociedade ainda tem sobre a participação materna e paterna no quotidiano dos filhos pode dificultar o envolvimento afetivo na relação parento-filial,

principalmente face à figura paterna, uma vez que os pais, por vezes, ainda são vistos como tendo um papel complementar na educação dos filhos (Silva et al., 2020).

1.3. Coparentalidade

Enquanto a parentalidade retrata o exercício dos cuidados parentais e a forma como os progenitores desenvolvem uma relação com os seus filhos (Silva et al., 2020), a coparentalidade consiste, segundo Margolin et al. (2001), numa relação através da qual os progenitores negociam as suas funções parentais, responsabilidades e contributos para a vida dos seus filhos, traduzindo-se assim, segundo os autores, numa das experiências mais significativas que dois adultos podem partilhar. Para Feinberg (2003), a coparentalidade ocorre na forma como as figuras parentais interagem entre si na sua função enquanto pais, ou seja, na partilha de deveres e responsabilidades no cuidado de uma criança. Van Egeren e Hawkins (2004) sugerem que a relação coparental é estabelecida quando dois indivíduos, por mútuo acordo ou em respeito às normas impostas pela sociedade, partilham a responsabilidade pelo bem-estar e educação de uma criança. Segundo os autores, a coparentalidade aplica-se a indivíduos casados, figuras parentais que nunca casaram e ex-casais, independentemente da orientação sexual dos mesmos e da criança ser ou não biologicamente relacionada a estes (Van Egeren & Hawkins, 2004). A coparentalidade envolve as atividades que os progenitores desempenham em função da formação da criança enquanto pessoa, estimulando, assim, os seus comportamentos e habilidades (Costa et al., 2017). A relação coparental emerge na transição do relacionamento conjugal para o exercício das funções parentais (Figueiredo & Lamela, 2014) e deve ser compreendida à luz do contexto em que se insere, considerando diversos aspetos, como o sistema familiar em questão, o período desenvolvimental das crianças e as condições socioeconómicas (Lamela et al., 2010). Assim sendo, esta é definida como sendo um conceito, pelo menos, triádico, uma vez que envolve uma criança (Souza et al., 2016) e como um subsistema com características singulares aos subsistemas conjugal e parental (Figueiredo & Lamela, 2014). Ademais, é ainda um construto multidimensional (Teubert & Pinquart, 2010), sendo assim, e devido à crescente investigação empírica relacionada com o tema nas últimas décadas, diferentes modelos conceptuais têm surgido, no sentido de explicar os fatores e determinantes que fundamentam a relação coparental (Lamela et al., 2010).

Margolin et al. (2001) defendem que a coparentalidade está dependente de três dimensões expressas pelos progenitores, uma positiva e duas que envolvem aspetos negativos. A primeira, a cooperação, define-se pelo apoio e respeito mútuo dos pais no que diz respeito ao exercício das suas funções parentais, traduzindo-se assim, segundo os autores, no elemento-chave para uma relação coparental positiva e eficiente. A segunda dimensão,

denominada de triangulação consiste na criação de uma aliança entre um dos membros da díade parental com a criança, de forma a excluir a outra figura parental, levando assim, a que a criança seja envolvida nos conflitos dos progenitores. Na triangulação é ainda comum denegrir e distorcer, junta da criança, a imagem da outra figura parental. Por fim, o conflito, caracteriza-se pela quantidade, regularidade e gravidade das discussões entre os progenitores face à educação dos filhos e pela inflexibilidade de ambos relativamente às regras impostas aos mesmos. No modelo proposto por Feinberg (2003), o subsistema coparental depende da interação entre quatro componentes. O primeiro, o acordo nas práticas parentais, consiste no grau de concordância entre o par parental face a assuntos relacionados com os filhos, nomeadamente, princípios morais, disciplina, decisões relativas à educação e/ou bem-estar emocional da criança. Outro componente corresponde à divisão equilibrada de tarefas, que se traduz na partilha de deveres dos cuidados diários prestados às crianças, assim como, das responsabilidades inerentes a questões médicas, legais e financeiras das mesmas. O terceiro componente é o de apoio/boicote, que se refere a como os pais apoiam ou prejudicam o papel um do outro na parentalidade. O último componente consiste na gestão conjunta das interações familiares e envolve a gestão, por parte dos progenitores, das diversas interações e do equilíbrio entre os membros do sistema familiar (Feinberg, 2003). Por fim, Van Egeren e Hawkins (2004) compreendem a coparentalidade a partir de uma estrutura externa e uma estrutura interna, sendo que, na primeira os autores tentam responder às questões sobre quem pode pertencer à díade coparental e quando e onde ocorrem as interações entre as figuras parentais, e na segunda procuram especificar quais sentimentos, atitudes e ações devem ou não ser considerados pertencentes ao conceito de coparentalidade e como estes podem ser medidos. No modelo proposto pelos autores, a coparentalidade é constituída por quatro dimensões. A primeira, a solidariedade coparental, reflete a qualidade afetiva do subsistema coparental, traduzindo-se através do afeto entre as figuras parentais na prática parental. A segunda dimensão é a do suporte coparental, este define-se pelas estratégias e ações por parte dos membros da díade coparental a fim de alcançar os objetivos parentais pretendidos. A outra dimensão, parentalidade sabotadora, consiste na adoção de recursos e estratégias cujo objetivo é sabotar as tentativas do outro membro da relação coparental de atingir os seus objetivos parentais, isto pode ser feito através de críticas e desrespeito face às suas decisões parentais. Por último, a parentalidade partilhada engloba a perceção e a distribuição igualitária das responsabilidades do quotidiano dos filhos. Esta última, pode ser analisada através do equilíbrio do envolvimento, que se refere ao nível de envolvimento de uma figura parental com o filho em comparação à outra e/ou através do envolvimento mútuo, que se traduz no envolvimento de ambos os membros da díade coparental na vida da criança (Van Egeren & Hawkins, 2004).

Após a dissolução conjugal a coparentalidade pode refletir-se de variadas formas, resultando assim na existência de diversos padrões relacionais. Maccoby et al. (1990) apresentaram um sistema categorial constituído por três possíveis padrões classificadores da relação coparental. O padrão descomprometido descreve uma relação em que as figuras parentais raramente comunicam, não havendo uma tentativa de coordenarem atividades e regras em função da educação dos filhos, resultando assim, na existência de poucos conflitos devido à escassa comunicação entre os progenitores. Quando está presente um padrão conflituoso, os níveis de conflitos são elevados e a cooperação face às funções parentais é pouca, havendo uma tendência para boicotar a parentalidade da outra figura parental. Já quando os progenitores tentam isolar os conflitos interpessoais das suas funções parentais e comunicam entre si sobre a vida dos filhos, procurando cooperar e apoiar o outro, temos presente uma coparentalidade cooperativa (Maccoby et al., 1990). A literatura mostra que a presença de uma relação coparental cooperativa e positiva após o divórcio, em que os pais valorizam a importância um do outro na educação dos filhos, reflete-se no bem-estar psicológico e num melhor desempenho académico das crianças (Dush et al., 2011). Fivaz-Depeursinge et al. (2009), através da observação da interação entre os progenitores e os seus filhos bebés, descreveram cinco estilos de padrões coparentais. A presença de um estilo coeso, traduz-se numa interação adequada entre os progenitores, levando a que estes desempenhem, em consonância, os papéis que desempenham no subsistema parental. O estilo centrado na criança caracteriza-se pela falta de comunicação entre os progenitores, interagindo, assim, apenas através da criança. Quando os pais não estão conectados entre si e disputam pela atenção da criança está presente um estilo competitivo. O estilo de exclusão consiste na oscilação no nível de envolvimento na coparentalidade, ou seja, um dos progenitores está envolvido enquanto o outro não. Por último, o estilo instável caracteriza-se por uma interação marcada por padrões de coesão e de não coesão por parte dos progenitores (Fivaz-Depeursinge et al., 2009).

1.3.1. Fatores associados à coparentalidade

Ao abordar a coparentalidade em famílias intactas é comum falar-se sobre a relação conjugal dos progenitores, uma vez que, segundo a investigação científica, a relação coparental parece ser frequentemente afetada pela relação conjugal (Frizzo et al., 2005), levando a que, dependendo da qualidade da coparentalidade entre os progenitores, haja um impacto na quantidade de tempo que estes dispõem na interação com os filhos e na forma como o fazem (Frizzo et al., 2005). Fatores como o bem-estar psicológico das figuras parentais também têm mostrado influenciar a relação coparental, sendo que, segundo a literatura, pais e mães com níveis altos de autoestima demonstram uma coparentalidade mais positiva e cooperativa e pais com níveis altos de sintomas depressivos tendem a relatar

uma relação coparental conflituosa (McHale & Sirotkin, 2019). A idade dos filhos também parece ser um fator que influencia a relação coparental de famílias nucleares, sendo que, habitualmente, pais com filhos em idade pré-escolar tendem a cooperar mais entre si em comparação a pais de crianças pré-adolescentes (Margolin et al., 2001). No caso das famílias binucleares, nos primeiros dois anos que seguem a dissolução conjugal, habitualmente, a relação coparental é assinalada por conflitos, o que leva a uma diminuição do compromisso na educação dos filhos e a um aumento do desajustamento do sistema familiar (Lamela et al., 2010). A literatura tem vindo a salientar alguns fatores potencializadores de conflito na relação coparental pós-divórcio. Lamela et al. (2010) defendem que a coparentalidade após a dissolução conjugal pode ser influenciada pelos processos de desvinculação dos ex-cônjuges. Indivíduos com uma vinculação segura propendem a ser mais capazes de separar a relação com o ex-cônjuge do seu dever como figura parental, zelando assim, para o exercício de uma parentalidade em prol do bem-estar das crianças. Já figuras parentais com um estilo de vinculação inseguro, demonstram ser menos capazes de fazer esta diferenciação, o que se traduz numa maior probabilidade de conflitos na relação coparental (Lamela et al., 2010). As razões que levam à decisão do divórcio também afetam a qualidade da relação coparental, particularmente, quando se trata de infidelidade, conflitos conjugais e violência doméstica (Dumitriu et al., 2023). Ademais, se o processo de divórcio for caracterizado por hostilidade entre as figuras parentais, há uma maior probabilidade de ocorrência de conflitos no exercício da coparentalidade (Bonach, 2005). Outros fatores como altos níveis de conflito durante o casamento (Ganong et al., 2019), desacordo face à pensão de alimentos (Bonach, 2005), baixo nível socioeconómico, baixas habilitações (Santos, 2023) e não conseguir a guarda dos filhos também podem levar a uma relação coparental conflituosa (Grzybowski & Wagner, 2010). Como indicadores de uma boa relação coparental, a literatura menciona um processo de divórcio pouco conflituoso, guarda partilhada, acordos sobre as visitas, satisfação com o apoio financeiro, um menor número de filhos, idade dos filhos, género do progenitor, um novo relacionamento amoroso que auxilie o indivíduo a ter mais tempo para conviver com os filhos, níveis de conflito reduzidos entre os progenitores e a perceção que os progenitores têm das habilidades parentais um do outro (Grzybowski & Wagner, 2010). A perceção que as mães têm dos pais também parece afetar a relação coparental após o divórcio (Petren et al., 2017). Segundo o estudo dos autores, quando as mães percecionam o exercício da parentalidade dos pais como benéfico e importante para o bem-estar da criança, estas tendem a reportar uma coparentalidade mais cooperativa (Petren et al., 2017).

1.4. Envolvimento Parental e Coparentalidade

O envolvimento parental é um conceito multifacetado considerado essencial ao desenvolvimento das crianças e um importante preditor dos resultados das mesmas (Tao & Lau, 2021). Este deriva dos estudos acerca do envolvimento paterno e define-se como o nível de envolvimento, por parte dos pais, em determinados domínios da vida dos filhos (Liu et al., 2022). Lamb et al. (1985) utilizaram três componentes para conceptualizar o envolvimento paterno que, atualmente, têm sido adotados no estudo do envolvimento parental (Schmidt et al., 2019), estes são: a interação com a criança; a disponibilidade para com a criança; a responsabilidade face aos cuidados da criança. Hoghughy (2004), menciona dimensões que conceptualizam a parentalidade e que requerem o envolvimento dos progenitores: as atividades parentais, que compreendem os aspetos relacionados ao cuidado, controlo e desenvolvimento, e têm como objetivo, por um lado, prevenir questões potencialmente geradoras de mal-estar na criança, e, por outro, proporcionar experiências positivas que auxiliem a criança nas diversas etapas da sua vida; áreas funcionais, que requerem atenção por parte dos pais, por exemplo, ao nível da saúde física, aprendizagem, comportamento social e saúde mental; os pré-requisitos, elementos indispensáveis à exerceção da parentalidade, como por exemplo, conhecimento e compreensão, motivação, recursos e oportunidades (Hoghughy, 2004). O género dos progenitores é um fator diferenciador no envolvimento com os filhos, sendo que, estudos científicos sobre o tema, apontam que, habitualmente, a relação entre mãe e filhos caracteriza-se, maioritariamente, por interações com um teor mais didático e de prestação de cuidados, enquanto, a relação entre o pai e os seus filhos retrata interações de natureza lúdica e, ainda, um encorajamento na tomada de riscos (Newland et al., 2013). O envolvimento de ambas as figuras parentais no quotidiano dos filhos parece estar associado a alguns fatores, por exemplo Newland et al. (2013) referem fatores relativos à criança (e.g., género, ordem de nascimento, idade e temperamento), aos pais (e.g., educação, saúde mental, bem-estar, sentido de eficácia, crenças e perceções, suporte social e stress) e a nível familiar e conjugal (e.g., satisfação conjugal, coparentalidade, comportamento parental do parceiro, constrangimentos do trabalho, suporte familiar e papéis de género).

Após o divórcio também existem alguns fatores que parecem prever o envolvimento parental, segundo Grzybowski e Wagner (2010) a coabitação, a frequência das visitas, a relação com o ex-cônjuge, as características do processo de separação, uma nova relação, a escolaridade e a ocupação dos progenitores podem afetar significativamente o envolvimento dos progenitores na vida dos filhos. Uma vez que, após a separação conjugal, a guarda dos filhos é, maioritariamente, dada à mãe (Grzybowski & Wagner, 2010), no geral, a literatura aborda o envolvimento parental direcionado para o papel do pai (Grzybowski & Wagner,

2010). A investigação científica sobre o tema tem mostrado que a relação entre pai e filhos após o divórcio é fundamental para o desenvolvimento das crianças (Lizarazu & Cracco, 2021) e para o aumento da autoestima e bem-estar das mesmas (Souza et al., 2020), e ainda que relações coparentais cooperativas ou conflituosas são um dos principais fatores que afetam o envolvimento paterno, podendo, respetivamente, aumentar ou diminuir o nível de envolvimento do pai na vida dos filhos (Lizarazu & Cracco, 2021). Semelhante ao que a literatura diz sobre o envolvimento paterno, os estudos sobre a coparentalidade têm mencionado o envolvimento de ambos os progenitores na vida dos filhos como um dos principais preditores de uma relação coparental de qualidade (Souza et al., 2020). Quando a coparentalidade é marcada por um padrão de cooperação mútua entre as figuras parentais, tem se verificado um maior envolvimento, por parte de ambos os progenitores, na vida dos filhos (Liu et al., 2022), particularmente, da figura parental não residente no agregado (Dush et al., 2011). Já quando a relação coparental é assinalada por conflitos entre os progenitores, reflete-se num impacto negativo ao nível do envolvimento parental (Souza et al., 2020).

Capítulo 2 – Estudo Empírico

2.1. Objetivos

Este estudo insere-se no projeto “Preditores Psicossociais de Ajustamento Infantil e Familiar”, coordenado por uma equipa de investigadores do Departamento de Psicologia e Educação da Universidade da Beira Interior, em parceria com Universidade dos Açores, e que visa estudar a relação entre variáveis psicossociais e indicadores de saúde em famílias e crianças. O presente estudo foca-se na coparentalidade e envolvimento parental, em particular em mães e pais que passaram por um divórcio/separação, e que têm filhos entre os 3 e os 10 anos de idade. A investigação é composta por dois estudos: no primeiro estudo pretende-se, num primeiro momento, analisar as pontuações de mães/pais separados/divorciados e mães/pais casados/união de facto nos itens respeitantes à coparentalidade e envolvimento parental. De seguida, pretende-se comparar a perceção de coparentalidade e de envolvimento parental entre uma amostra de pais/mães separados/divorciados e uma amostra de pais/mães casados/união de facto. O segundo estudo foca-se numa amostra de ex-casais, procedendo-se, num primeiro momento, a uma análise das pontuações de mães e pais nos itens respeitantes à coparentalidade e envolvimento parental. De seguida, pretende-se realizar uma análise comparativa entre as perceções maternas e paternas sobre a coparentalidade e envolvimento parental.

Deste modo, foram decididos os seguintes objetivos específicos:

Estudo 1: amostra de mães/pais separados/divorciados e mães/pais casados/união de facto

- a) Analisar descritivamente pontuações de mães/pais separados/divorciados e casados nos itens referentes à coparentalidade e ao envolvimento parental.
- b) Explorar a existência de diferenças entre a perceção de mães/pais separados/divorciados e casados/união de facto sobre a coparentalidade (Cooperação, Conflito e Triangulação) e envolvimento parental.

Estudo 2: amostra de ex-casais (mães e pais separados/divorciados)

- a) Analisar descritivamente pontuações de mães e pais nos itens respeitantes à coparentalidade e envolvimento parental.
- b) Explorar se existem discrepâncias em relação à perceção de coparentalidade e envolvimento parental, através da análise de diferenças entre as pontuações das mães e dos pais nas dimensões da coparentalidade (Cooperação, Conflito e Triangulação) e no envolvimento parental.

- c) Analisar o grau de acordo interparental em relação à percepção de coparentalidade e envolvimento parental, através do estudo da associação entre as pontuações das mães e dos pais nas dimensões da coparentalidade (Cooperação, Conflito e Triangulação) e no envolvimento parental.

2.2. Método

Este é um estudo do tipo quantitativo, pois recorreu-se a análises estatísticas e dados numéricos e, de natureza descritiva e correlacional, uma vez que, se procurou descrever os fenómenos e verificar a presença de relações relevantes entre as variáveis sem a manipulação das mesmas. É ainda um estudo transversal, visto que os dados foram recolhidos num curto período e por ter como objetivo analisar a prevalência de determinadas características numa amostra populacional específica.

2.2.1. Procedimentos

Após a aprovação do projeto de investigação pela Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior (CE-UBI-Pj-2023-062-ID1950-52), foram estabelecidos contactos com diferentes instituições escolares do pré-escolar e 1º ciclo, a fim de encontrar participantes que atendessem os critérios de inclusão do presente estudo: ser mãe ou pai de uma criança com idade compreendida entre os 3 e os 10 anos. No que concerne às instituições escolares, foi feito um pedido de autorização formal ao/à diretor/a do agrupamento e explicado quais os objetivos do presente estudo e como iria ser feita a recolha dos dados. Atendendo ao foco do estudo (coparentalidade e envolvimento parental em famílias pós-divórcio), solicitou-se que os protocolos pudessem ser entregues a participantes que cumprissem este critério. De seguida, foram entregues envelopes a ambos os progenitores das crianças, juntamente com protocolo do estudo, que continha a descrição do presente estudo, o contacto das investigadoras, o consentimento informado e o questionário para preencher, tendo sido solicitado que, no ato da devolução, o envelope viesse fechado, de modo a preservar a confidencialidade das respostas. Face aos protocolos entregues através de contactos informais e pessoais, estes foram dados em mão, seguindo o mesmo procedimento das instituições escolares. A recolha da amostra decorreu entre os meses janeiro e abril de 2025 e foi realizada em 2 agrupamentos, nos distritos de Viseu e da Guarda, os restantes dos protocolos foram recolhidos através de contactos informais pessoais. No total, no pré-escolar e 1º ciclo, foram entregues 280 protocolos. Foram devolvidos 246, sendo que destes, 181 foram excluídos por estarem em branco ou por não preencherem os critérios de inclusão do presente estudo, resultando numa amostra de 65 indivíduos separados/divorciados. Com vista a aumentar o número de participantes na amostra, foram ainda, facultados 91 protocolos de pessoas divorciadas/separadas recolhidos em anos anteriores, no âmbito do

mesmo projeto e seguindo os mesmos procedimentos de recolha, totalizando uma amostra de 156 indivíduos separados/divorciados. Além disso, foi cedida uma amostra de 138 pais e mães de famílias nucleares intactas recolhida no âmbito deste projeto, também em anos anteriores, recorrendo aos mesmos procedimentos de recolha, a fim de ser incluída no Estudo 1.

Após a finalização da recolha, procedeu-se à elaboração de duas bases no programa *IBM SPSS Statistics* (versão 30), através da qual foi realizada toda a análise estatística necessária responder aos objetivos do presente estudo.

2.2.2. Caracterização da amostra

O presente estudo integrou um total de 295 participantes. O Estudo 1 incluiu 254 participantes, divididos em dois grupos: Grupo 1 (116 pais e mães divorciados/separados) e Grupo 2 (138 pais e mães casados/união de facto). Para o Estudo 2 utilizou-se uma amostra constituída por ex-cônjuges (i.e., 20 pais e 20 mães separados/divorciados).

Em relação ao Estudo 1 ($n = 254$), o Grupo 1 ($n=116$) é composto por 104 mães e 12 pais separados/divorciados, com idades compreendidas entre os 21 e 53 anos. As mães tinham a idade média de 36.74 anos ($DP = 5.63$) e os pais de 39.42 anos ($DP = 5.71$). Quanto à escolaridade, o nível mais representando nas mães (47.1%) e nos pais (41.7%) foi o ensino superior. Relativamente à situação profissional, tanto as mães (84.6%), como os pais (100%) eram, maioritariamente, profissionalmente ativos. Face à sua perceção do nível socioeconómico, a maioria das mães (60.6%) e dos pais (63.6%) considerou-o médio. No que diz respeito às crianças (*Tabela 2*), estas tinham idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos ($M = 4.97$; $DP = 1.96$). A maioria era do sexo feminino (51.3%) e tinha irmãos (61.4%). No que diz respeito ao regime de residência, foi apenas possível obter esta informação em 33 casos. Destes, a maioria tinha residência permanente (69.7%; $n=23$) e os restantes alternada.

Relativamente ao Grupo 2 ($n=138$), este é constituído por 115 mães e 23 pais casados/em união de facto. Os participantes tinham igualmente idades compreendidas entre os 21 e os 53 anos, tendo as mães em média 36.49 anos ($DP = 5.75$) e os pais 40.68 anos ($DP = 4.26$). Face à escolaridade, os níveis predominantes nas mães são o ensino secundário (43.4%) e o ensino superior (43.3%), já nos pais, o nível que mais se destaca é o ensino superior (60.9%). Quanto à situação profissional, as mães (86.1%) e os pais (100%) eram, na sua maioria, profissionalmente ativos. Por último, face à sua perceção do nível socioeconómico, a maioria das mães (57.4%) e pais (69.6%) considerou-o médio (*Tabela 1*). As crianças tinham idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos ($M = 4.10$; $DP = .79$), sendo estas, maioritariamente, do sexo masculino (51.8%) e com irmãos (73.2%) (*Tabela 2*).

Tabela 1.*Características Sociodemográficas dos Participantes do Estudo 1 – Grupo 1 e Grupo 2*

Variável	Grupo 1 (n =116) (Separação/divórcio)				Grupo 2 (n=138) (Casamento/União de facto)			
	Mães (n =104)		Pais (n=12)		Mães (n=115)		Pais (n=23)	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Idade ^a								
21 – 31 Anos de idade	20	19.4	1	8.3	24	21.2	1	4.5
32 – 42 Anos de idade	69	67	6	50	72	63.7	12	52.2
43 – 53 Anos de idade	14	13.6	5	41.7	17	15	9	39.1
Escolaridade								
Ensino Básico	16	15.4	3	25	14	12.5	3	13
Ensino Secundário	39	37.5	4	33.3	49	43.4	5	21.7
Curso Profissional	-	-	-	-	1	0.9	1	4.3
Ensino Superior	49	47.1	5	41.7	49	43.3	14	60.9
Situação Profissional								
Profissionalmente ativo	88	84.6	12	100	99	86.1	23	100
Reformado/pensionista	1	1.0	-	-	-	-	-	-
Dona/o de casa	3	2.9	-	-	5	4.3	-	-
Procura de trabalho	6	5.8	-	-	6	5.2	-	-
Outra situação	6	5.8	-	-	5	4.3	-	-
Nível Socioeconómico ^c								
Baixo	6	5.8	-	-	8	7.0	-	-
Médio – Baixo	28	26.9	3	27.3	32	27.8	5	21.7
Médio	63	60.6	7	63.6	66	57.4	16	69.6
Médio – Alto	6	5.8	1	9.1	8	7.0	2	8.7
Alto	1	1.0	-	-	1	0.9	-	-

a 4 valores omissos; b 2 valores omissos; c 1 valor omissos

Tabela 2.*Características Sociodemográficas das Crianças – Estudo 1*

Variável	Grupo 1 (n=116)		Grupo 2 (n=138)	
	n	%	n	%
Sexo ^a				
Masculino	56	48.7	71	51.8
Feminino	59	51.3	66	48.2
Idade				
3-4 Anos	62	53.4	90	65.2
5-7 Anos	37	31.9	48	34.8
8-10 Anos	17	14.7	-	-
Irmãos ^b				
Sim	70	61.4	101	73.2
Não	44	38.6	37	26.8
Regime de Residência ^c				
Permanente	23	69.7	-	-
Alternada	10	30.3	-	-

a 2 valores omissos; b 2 valores omissos; c 83 valores omissos

Relativamente ao Estudo 2 ($n = 40$), a amostra é composta por 20 pais e 20 mães. As mães tinham idades compreendidas entre os 28 e 51 anos ($M = 36.45$; $DP = 6.05$) e os pais entre os 28 e 45 anos ($M = 37.26$; $DP = 4.97$). Quanto à escolaridade, o nível mais representando, tanto nas mães (55%), como nos pais (50%) foi o ensino secundário. Relativamente à situação profissional, tanto as mães (90%), como os pais (100%) eram, na maioria, profissionalmente ativos. Face à sua perceção do nível socioeconómico, a maioria das mães (60%) e dos pais (55%) considerou-o como médio. Relativamente ao tempo de divórcio, 56.3% dos participantes estão divorciados/separados há 1 a 3 anos, 31.3% há 4 a 6 anos e 12.5% há 7 a 9 anos, sendo o tempo médio de divórcio de 3.44 anos ($DP = 2.39$) (Tabela 3).

No que diz respeito às crianças, estas tinham idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos ($M = 6$; $DP = 2.64$). A maioria era do sexo masculino (55%) e tinha irmãos (55%). No que diz respeito ao regime de residência, a maioria tinha residência alternada (87.5%), sendo esta semanal (50%) e quinzenal (50%) (Tabela 4).

Tabela 3.

Características Sociodemográficas dos Participantes do Estudo 2

Variável	Mães (n=20)		Pais (n=20)	
	N	%	n	%
Idade ^a				
28 – 38 Anos de idade	15	75	12	63.2
39 – 49 Anos de idade	4	20	7	36.8
50 – 60 Anos de idade	1	5	-	-
Escolaridade				
Ensino Básico	2	10	3	15
Ensino Secundário	11	55	10	50
Ensino Superior	7	35	7	35
Situação Profissional				
Profissionalmente ativo	18	90	20	100
Reformado/pensionista	1	5	-	-
Outra Situação	1	5	-	-
Nível Socioeconómico				
Médio – Baixo	8	40	8	40
Médio	12	60	11	55
Médio – Alto	-	-	1	5

a 1 valor omissio

Tabela 4.

Características Sociodemográficas das Crianças – Estudo 2

Variável	Estudo 2 (n=20)	
	N	%
Sexo		
Masculino	11	55
Feminino	9	45
Idade ^a		
3-4 Anos	8	44.4
5-7 Anos	5	27.8
8-10 Anos	5	27.8
Irmãos		
Sim	11	55
Não	9	45
Regime de Residência ^b		
Permanente	2	12.5
Alternada	14	87.5

a 2 valores omissos; b 4 valores omissos

2.2.3. Instrumentos

De modo a recolher os dados necessários para o presente estudo, foram utilizados três instrumentos, nomeadamente, o Questionário Sociodemográfico, o Questionário de Coparentalidade (QC) e a Escala de Envolvimento Paterno (EEP).

Questionário Sociodemográfico

Todos os participantes responderam a um questionário sociodemográfico, composto por 12 questões que têm como objetivo recolher informações importantes para a caracterização da amostra. Seis das doze questões são referentes à criança (e.g., sexo, data de nascimento, número de irmãos e idade, escolaridade, local de residência e regime de residência), as outras seis são relativas aos pais (e.g., idade, estado civil, tempo de divórcio, nível de escolaridade, situação profissional/ocupacional e nível socioeconómico).

Questionário de Coparentalidade (QC)

O Questionário de Coparentalidade (*Coparenting Questionnaire – CQ*, Margolin, Gordis & John, 2001; versão portuguesa de Pedro & Ribeiro, 2015): é um questionário de hetero-relato, desenvolvido para avaliar as perceções que a/o mãe/pai tem face ao comportamento do parceiro na relação coparental. É constituído por 14 itens, cotados através de uma escala tipo *Likert* de 5 pontos (1- Nunca; 2 – Raramente; 3 – Às vezes; 4- Normalmente; 5- Sempre) e agrupados em três subescalas (cooperação, conflito e triangulação), sendo que, resultados elevados indicam níveis elevados em cada uma delas. A subescala Cooperação inclui os itens de 1 a 5, relacionados ao nível em que o casal se apoia e respeita enquanto pais. A subescala Triangulação é constituída por quatro itens (itens 6 a 9) e reflete as tentativas dos progenitores para estabelecerem uma aliança com a criança que exclua o parceiro coparental ou que ponha em causa a sua autoridade. Por fim, a subescala Conflito

inclui os itens 10 a 14, sendo o 13 um item invertido, e concerne o conflito interpaparental acerca dos assuntos referentes à educação dos filhos. Na versão original, o cálculo do alfa de Cronbach revelou uma consistência interna moderada e elevada para cada uma das subescalas (pais: cooperação $\alpha = 0,77$; triangulação $\alpha = 0,80$; conflito $\alpha = 0,82$; mães: cooperação $\alpha = 0,73$; triangulação $\alpha = 0,74$; conflito $\alpha = 0,74$). A versão portuguesa deste questionário foi validada a partir de uma amostra de 1133 participantes (530 pais e 603 mães) com filhos pré-adolescentes com idades compreendidas entre os 9 e os 13 anos. O cálculo do alfa de Cronbach revelou uma consistência interna elevada e aceitável para cada uma das subescalas (pais: cooperação $\alpha = 0,83$; triangulação $\alpha = 0,77$; conflito $\alpha = 0,71$; mães: cooperação $\alpha = 0,88$; triangulação $\alpha = 0,85$; conflito $\alpha = 0,76$) (Pedro & Ribeiro, 2015).

No presente estudo, devido à amostra alvo ser composta por pessoas divorciadas, nas instruções do instrumento foi acrescentada a frase “Em caso de divórcio/separação, pense no/a pai/mãe do seu filho(a) como ex-cônjuge/companheiro(a)”. Neste projeto, no Estudo 1, o cálculo do alfa de Cronbach revelou para a amostra total ($n=262$): cooperação $\alpha = 0,93$, triangulação $\alpha = 0,89$ e conflito $\alpha = 0,74$. Foram também calculados os valores de consistência internas nos dois grupos separadamente. Assim, no Grupo 1 (pais e mães separados/divorciados) verificou-se: cooperação $\alpha = 0,94$, triangulação $\alpha = 0,89$ e conflito $\alpha = 0,77$. No Grupo 2 (pais e mães casados/união de facto) mostrou: cooperação $\alpha = 0,86$, triangulação $\alpha = 0,86$ e conflito $\alpha = 0,67$. No Estudo 2, este cálculo revelou nas mães: cooperação $\alpha = 0,91$, triangulação $\alpha = 0,95$ e conflito $\alpha = 0,84$; e nos pais: cooperação $\alpha = 0,96$, triangulação $\alpha = 0,93$ e conflito $\alpha = 0,79$.

Escala de Envolvimento Paterno (EEC)

A Escala de Envolvimento Paterno (Simões, Leal & Marôco, 2010) tem como objetivo avaliar a perceção dos pais face à frequência com que exercem determinadas situações referentes aos cuidados e educação das crianças (Simões et al., 2010). Este instrumento foi validado a partir de uma amostra de 154 pais portugueses de crianças do 1º ciclo com idades compreendidas entre os 28 e 59 anos e residentes no distrito de Lisboa (Simões et al., 2010). O cálculo do alfa de Cronbach revelou uma consistência interna global boa ($\alpha = 0,85$), e valores considerados bons para as subescalas de Cuidados e Disponibilidade e valores baixos, mas aceitáveis para as subescalas Presença e Disciplina (Simões et al., 2010).

Na sua versão original a escala é constituída por 20 itens, 19 cotados através de uma escala tipo Likert de 5 pontos e agrupados em quatro subescalas: *Cuidados* (itens 1, 5, 6, 7, 8 e 21); *Disponibilidade* (itens 9 a 14); *Presença* (itens 15 a 18); *Disciplina* (itens 3, 4 e 19). É um último item com um formato de resposta com base em percentagens (0 a 100) (Simões et al., 2010). No presente estudo, a Escala de Envolvimento Paterno será usada com o objetivo

de realizar uma análise comparativa do envolvimento parental (mães e pais) nos cuidados da criança. No questionário fornecido para fins do projeto foram usados apenas 6 itens de duas subescalas: *alimentar a criança; ajudar a criança nos problemas pessoais; dar banho ou vestir a criança; deitar a criança; ajudar a criança a aprender* (Cuidados) e *estabelecer limites ao comportamento da criança* (Disciplina). Posto isto, a análise da escala não será feita pelo seu total, mas individualmente através dos 6 itens utilizados.

2.2.4. Análise Estatística

A análise estatística foi realizada no programa *IBM SPSS Statistics* (versão 30.0). A substituição dos valores omissos foi feita através da média dos itens. No Estudo 1, a fim de explorar a existência de diferenças entre a percepção de mães/pais separados/divorciados e casados sobre a coparentalidade (Cooperação, Conflito e Triangulação) e envolvimento parental foram utilizados Testes t de *Student* para Amostras Independentes, juntamente com Testes d de Cohen para averiguar as magnitudes do efeito, cujos valores foram interpretados de acordo com as diretrizes de Cohen (1988): .20 = pequena, .50 = média, .80 = grande. E foram ainda, analisadas as pontuações de mães/pais separados/divorciados e casados nos itens respeitantes à coparentalidade e envolvimento parental. No Estudo 2, para explorar o desacordo interparental em relação à percepção de coparentalidade e envolvimento parental recorreu-se à estatística não paramétrica, utilizando o Teste de Wilcoxon para Amostras Emparelhadas. Já para analisar o grau de acordo interparental em relação à coparentalidade (Cooperação, Conflito e Triangulação) e envolvimento parental entre mães e pais, utilizaram-se correlações de *Spearman*, cujos valores foram interpretados de acordo com as diretrizes de Marôco (2011): < .25 = fraca; .25 - .50 = moderada; .50 - .75 = forte; > .75 = muito forte. Além disso, analisaram-se as percepções das mães e dos pais nos itens respeitantes à coparentalidade e envolvimento parental.

2.3. Resultados

Os resultados serão apresentados tendo por base os objetivos colocados. Assim, num primeiro momento serão apresentados os resultados respeitantes ao Estudo 1 e posteriormente ao Estudo 2.

Estudo 1

Análise descritiva dos itens: coparentalidade e envolvimento parental

A fim de apresentar os resultados descritivos para os itens mais e menos pontuados pelos pais/mães do Grupo 1 e do Grupo 2 face às suas percepções de coparentalidade, agruparam-se as frequências das cinco opções de resposta em três categorias: (1) Nunca/Raramente,

(2) Às vezes e (3) Normalmente/Sempre. Para o Grupo 1 (divorciados/separados), o item *Falar bem de mim* (66.7%; $M = 2.46$; $DP = .81$), respeitante à subescala Cooperação, foi o mais frequentemente pontuado como “Normalmente/Sempre”. Os itens mais frequentemente pontuados como “Nunca/Raramente” pertencem à Triangulação e são *Usar filho/a contra mim* (94.4%; $M = 1.10$; $DP = .43$) e *Tentar Manipular o/a filho/a* (94.4%; $M = 1.09$; $DP = .40$). A subescala Conflito é aquela em que houve maior dispersão de respostas, já a Triangulação apresenta uma menor variabilidade nas respostas.

Analisando as médias, verificou-se que os itens da subescala Cooperação são aqueles em que os progenitores indicam que a outra figura parental apresenta esses comportamentos mais frequentemente. O item *Falar bem de mim* ($M = 3.73$; $DP = 1.35$), pertencente à Cooperação, foi o que obteve uma média superior. Na Triangulação, o item *Enviar-me mensagens através do/a filho/a* ($M = 1.34$; $DP = .83$), foi aquele com a média mais alta. Em relação ao Conflito, destaca-se o item *Níveis de exigência diferentes* ($M = 2.49$; $DP = 1.25$), como aquele em que se obteve a média mais elevada. (Tabela 5).

Tabela 5.

Análise de médias e frequência de respostas dadas no Grupo 1 no QC

Itens	Grupo 1 (n=116) (divorciados/separados)					
	M	DP	Nunca/ Raramente (%)	Às vezes (%)	Normalmente/ Sempre (%)	
Cooperação	Contar-me muitas coisas	3.68	1.41	20.6	15.9	63.6
	Pôr-me a par	3.64	1.41	24.3	14	61.7
	Falar bem de mim	3.73	1.35	20.4	13	66.7
	Perguntar-me a opinião	3.50	1.48	26.9	15.7	57.4
	Resolução de problemas disciplinares	3.71	1.52	25.9	10.2	63.9
Triangulação	Dizer coisas cruéis	1.33	.83	89.8	6.5	3.7
	Usar filho/a contra mim	1.23	.77	94.4	.9	4.6
	Tentar manipular o/a filho/a	1.22	.74	94.4	1.9	3.7
	Enviar-me mensagens através do/a filho/a	1.34	.83	89.8	6.5	3.7
Conflito	Regras diferentes	2.21	1.32	59.8	23.4	16.8
	Níveis de exigência diferentes	2.49	1.25	49.5	29.9	20.6
	Discutir comigo	1.79	1.01	77.8	14.8	7.4
	Concordar em decisões de disciplina ^a	2.19	1.14	64.8	25	10.2
	Enfraquecer a posição de mãe/pai	1.32	.77	89.8	7.4	2.8

^a item invertido

Para o Grupo 2 (casados/união de facto), os pais/mães pontuaram em maior número “Normalmente/Sempre” nos itens da subescala Cooperação, sendo o item *Falar bem de mim* o mais pontuado (93.3%; $M = 2.93$; $DP = .29$). Os itens mais frequentemente pontuados como “Nunca/Raramente” pertencem à subescala Triangulação e são *Enviar-me*

mensagens através do/a filho/a (98.5%; $M= 1.02$; $DP = .19$) e *Tentar manipular o/a filho/a* (95.5%; $M= 1.05$; $DP = .25$). A subescala Conflito é aquela em que houve maior dispersão de respostas, já a Triangulação apresenta uma menor variabilidade nas respostas.

Considerando as médias dos itens respondidos pelo Grupo 2, verificou-se que, no geral, os itens da subescala Cooperação são aqueles em que os progenitores indicam que a outra figura parental apresenta esses comportamentos mais frequentemente. O item *Falar bem de mim* ($M = 4.58$; $DP = .64$), pertencente à Cooperação, foi o que obteve uma média maior. Em relação à Triangulação, o item *Dizer coisas cruéis* ($M = 1.25$; $DP = .59$) evidencia-se como tendo uma média mais elevada. Na subescala Conflito, destaca-se o item *Níveis de exigência diferentes* ($M = 1.97$; $DP = .95$), como aquele em que se obteve uma maior média (Tabela 6).

Tabela 6.

Análise de médias e frequência de respostas dadas no Grupo 2 no QC

Itens	Grupo 2 (n=138) (casados/união de facto)					
	<i>M</i>	<i>DP</i>	Nunca/ Raramente (%)	Às vezes (%)	Normalmente/ Sempre (%)	
Cooperação	Contar-me muitas coisas	4.35	.91	4.5	14.3	81.2
	Pôr-me a par	4.43	.89	4.5	9	86.6
	Falar bem de mim	4.58	.64	.7	6	93.3
	Perguntar-me a opinião	4.22	.96	6	14.9	79.1
	Resolução de problemas disciplinares	4.54	.73	2.2	7.5	90.3
Triangulação	Dizer coisas cruéis	1.25	.59	93.3	6	.7
	Usar filho/a contra mim	1.11	.47	97	1.5	1.5
	Tentar manipular o/a filho/a	1.11	.47	95.5	3.7	.7
	Enviar-me mensagens através do/a filho/a	1.09	.38	98.5	.7	.7
Conflito	Regras diferentes	1.57	.95	83.5	12	4.5
	Níveis de exigência diferentes	1.97	.95	68.4	27.1	4.5
	Discutir comigo	1.65	.83	84.3	11.9	3.7
	Concordar em decisões de disciplina ^a	1.88	.89	81.3	14.2	4.5
	Enfraquecer a posição de mãe/pai	1.22	.66	94	3.7	2.2

^a item invertido

A fim de apresentar os resultados descritivos para os itens mais e menos pontuados pelos pais/mães do Grupo 1 e do Grupo 2, face às suas perceções de envolvimento parental, agruparam-se as frequências das cinco opções de resposta em três categorias: (1) Nunca/Raramente, (2) Às vezes e (3) Normalmente/Sempre. Para o Grupo 1 (divorciados/separados), o item *Ajudar nos problemas* (99.1%; $M = 2.98$; $DP = .19$) foi o mais frequentemente pontuado como “Normalmente/Sempre”. As mães/pais pontuaram

em maior número “Nunca/Raramente” no item *Alimentar a criança* (13.2%; $M = 2.66$; $DP = .70$).

Analisando a média dos itens, o item *Ajudar nos problemas* ($M = 4.82$; $DP = .45$) foi o que obteve uma média mais elevada. Enquanto o item *Alimentar a criança* ($M = 4.19$; $DP = 1.20$) teve a menor média (*Tabela 7*).

Tabela 7.

Análise de médias e frequência de respostas dadas no Grupo 1 na EEP

Itens	Grupo 1 (n=116) (divorciados/separados)				
	<i>M</i>	<i>DP</i>	Nunca/ Raramente (%)	Às vezes (%)	Normalmente/ Sempre (%)
Alimentar	4.19	1.20	13.2	7.5	79.2
Limites	4.58	.65	.9	5.7	93.4
Ajudar nos problemas	4.82	.45	.9	-	99.1
Banho/vestir	4.16	1.16	10.4	15.1	74.5
Deitar	4.64	.75	3.8	4.7	91.5
Ajudar a aprender	4.68	.64	.9	3.8	95.3

Para o Grupo 2 (casados/união de facto), o item *Ajudar nos problemas* (97.3%; $M = 2.96$; $DP = .26$) também foi o mais frequentemente pontuado como “Normalmente/Sempre”. O item mais frequentemente pontuado como “Nunca/Raramente” foi *Dar banho/vestir a criança* (8.2%; $M = 2.92$; $DP = .28$).

Relativamente à análise da média dos itens, o item *Ajudar nos problemas* ($M = 4.79$; $DP = .53$) foi o que obteve uma maior média. Já o item *Alimentar a criança* ($M = 4.48$; $DP = .88$) obteve uma média menor (*Tabela 8*).

Tabela 8.

Análise de médias e frequência de respostas dadas no Grupo 2 na EEP

Itens	Grupo 2 (n=138) (casados/união de facto)				
	<i>M</i>	<i>DP</i>	Nunca/ Raramente (%)	Às vezes (%)	Normalmente/ Sempre (%)
Alimentar	4.48	.88	5.5	5.5	89
Limites	4.49	.71	1.4	8.2	90.4
Ajudar nos problemas	4.79	.53	1.4	1.4	97.3
Banho/vestir	4.59	.64	8.2	-	91.8
Deitar	4.73	.65	2.7	2.7	94.5
Ajudar a aprender	4.68	.69	1.4	4.1	94.5

Coparentalidade e envolvimento parental: diferenças entre grupos

Verificou-se uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos na percepção que de Cooperação ($t(152) = -5,65; p < .001$), associada a uma magnitude do efeito média ($d = -.78$), tendo os pais/mães do Grupo 2 (casados/união de facto) reportado níveis mais elevados de Cooperação por parte do outro progenitor comparativamente às mães/pais do Grupo 1 (separados/divorciados). Verificou-se ainda, uma diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos na percepção de Conflito ($t(183.82) = 3,72; p < .001$), associada a uma magnitude do efeito média ($d = .50$), tendo os pais/mães do Grupo 1 (separados/divorciados) reportado níveis mais elevados de Conflito em comparação aos pais/mães do Grupo 2 (casados/união de facto). Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre as percepções de Triangulação (Tabela 9).

Tabela 9.

Coparentalidade: estatísticas descritivas e diferenças entre médias (Grupo 1 e Grupo 2)

Subescalas	Grupo 1 (n=116) (divorciados/separados)		Grupo 2 (n=138) (casados/união de facto)		$t(252)$	p	d de Cohen
	M	DP	M	DP			
Cooperação	3.64	1.29	4.42	.67	-5.65	<.001	-.78
Triangulação	1.28	.69	1.14	.41	1.89	.060	.26
Conflito	2.00	.80	1.66	.57	3.72	<.001	.50

No que diz respeito ao envolvimento parental, verificou-se que no geral o Grupo 2 (mães/pais casados/união de facto) apresentam médias mais elevadas em todas as atividades comparativamente às mães/pais do Grupo 1 (separados/divorciados), com exceção do Item *colocação de limites* ($M = 4.58; DP = .65$) e do Item *ajudar nos problemas* ($M = 4.82; DP = .45$) em que o Grupo 1 (separados/divorciados) obteve uma média mais elevada. No entanto, a única diferença estatisticamente significativa foi na percepção que mães/pais de ambos os grupos têm do Item *dar banho/vestir* ($t(169,90) = -3.16; p < .05$), associada a uma magnitude do efeito pequena ($d = -.44$), com o Grupo 2 (casados/união de facto) a considerar realizar mais frequentemente essa tarefa com os filhos (Tabela 10).

Tabela 10.*Envolvimento Parental: estatísticas descritivas e diferenças entre médias (Grupo 1 e Grupo 2)*

Atividades	Grupo 1 (n=116) (divorciados/separados)		Grupo 2 (n=138) (casados/união de facto)		<i>t</i> (252)	<i>p</i>	<i>d</i> de Cohen
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
Alimentar	4.19	1.20	4.48	.88	-1.86	.064	-.27
Límites	4.58	.65	4.49	.71	.90	.371	.14
Ajudar nos problemas	4.82	.45	4.79	.53	.36	.722	.05
Banho/vestir	4.16	1.16	4.59	.64	-3.16	.002	-.44
Deitar	4.64	.75	4.73	.65	-.78	.434	-.12
Ajudar a aprender	4.68	.64	4.68	.69	-.057	.955	-.01

Estudo 2

Análise descritiva dos itens: coparentalidade e envolvimento parental

A fim de apresentar os resultados descritivos para os itens mais e menos pontuados pelas mães e pelos pais face às suas perceções de coparentalidade, agruparam-se as frequências das cinco opções de resposta em três categorias: (1) Nunca/Raramente, (2) Às vezes e (3) Normalmente/Sempre. Para as mães, o item *Níveis de exigência diferentes* (52.6%; $M = 2.26$; $DP = .87$), respeitante à subescala Conflito, foi o mais frequentemente pontuado como “Normalmente/Sempre”. Os itens *Usar o/a filho/a contra mim* (89.5%; $M = 1.21$; $DP = .63$) e *Tentar manipular o/a filho/a* (89.5%; $M = 1.21$; $DP = .63$), pertencentes à subescala Triangulação, foram em pontuados, em maior número, como “Nunca/Raramente”. A dimensão da Cooperação apresenta uma maior variabilidade de respostas comparativamente às outras subescalas, já a Triangulação apresenta pouca dispersão, havendo assim pouca variabilidade de respostas.

Analisando as médias dos itens respondidos pelas mães, verificou-se que, maioritariamente, os itens da subescala Cooperação são aqueles em que as progenitoras indicam que a outra figura parental apresenta esses comportamentos mais frequentemente. Na dimensão da Cooperação, o item *Resolução de problemas disciplinares* ($M = 3.58$; $DP = 1.22$) foi o que obteve uma média mais elevada. O item *Dizer coisas cruéis* ($M = 1.84$; $DP = 1.26$), pertencente à Triangulação, teve uma maior média. Já referente à subescala Conflito, o item *Níveis de exigência diferentes* obteve uma média mais alta ($M = 3.42$; $DP = 1.22$) (Tabela 11).

Tabela 11.

Análise de médias e frequência de respostas no QC (perspetiva materna)

Itens	Mães (n=20)					
	M	DP	Nunca/ Raramente (%)	Às vezes (%)	Normalmente/ Sempre (%)	
Cooperação	Contar-me muitas coisas	3.32	1.00	26.3	26.3	47.4
	Pôr-me a par	3.32	1.00	21.1	42.2	36.8
	Falar bem de mim	3.16	1.30	31.6	31.6	36.8
	Perguntar-me a opinião	3.00	1.16	31.6	36.8	31.6
	Resolução de problemas disciplinares	3.58	1.22	15.8	36.8	47.4
Triangulação	Dizer coisas cruéis	1.84	1.26	78.9	5.3	15.8
	Usar filho/a contra mim	1.58	1.26	89.5	-	10.5
	Tentar manipular o/a filho/a	1.58	1.26	89.5	-	10.5
	Enviar-me mensagens através do/a filho/a	1.63	.90	84.2	10.5	5.3
Conflito	Regras diferentes	3.21	.98	21.1	36.8	42.1
	Níveis de exigência diferentes	3.42	1.22	26.3	21.1	52.6
	Discutir comigo	2.74	1.20	47.4	36.8	15.8
	Concordar em decisões de disciplina ^a	2.95	1.18	36.8	31.6	31.6
	Enfraquecer a posição de mãe/pai	1.74	.87	73.7	26.3	-

^a item invertido

Para os pais, o item Contar-me muitas coisas (63.2%; $M = 2.47$; $DP = .77$), respeitante à subescala Cooperação, foi o mais frequentemente pontuado como “Normalmente/Sempre”. Os itens Tentar manipular o/a filho/a (84.2%; $M = 1.32$; $DP = .75$), pertencente à subescala Triangulação, e Enfraquecer a posição de mãe/pai (84.2%; $M = 1.26$; $DP = .65$), pertencente à subescala Conflito, foram em pontuados, em maior número, como “Nunca/Raramente”. A subescala Conflito apresenta uma maior variabilidade nas respostas, já a dimensão da Triangulação apresenta uma menor variabilidade.

Relativamente à análise das médias dos itens respondidos pelos pais, verificou-se que, na generalidade, os itens da subescala Cooperação são aqueles em que os progenitores indicam que a outra figura parental apresenta esses comportamentos mais frequentemente. O item *Contar-me muitas coisas* ($M = 3.74$; $DP = 1.20$), da dimensão Cooperação, foi o que obteve uma maior média. Na subescala Triangulação, o item com maior média foi *Dizer coisas cruéis* ($M = 2.05$; $DP = 1.62$). Em relação ao Conflito, o item *Concordar em decisões de disciplina* ($M = 3.16$; $DP = 1.34$) foi o que obteve uma média mais elevada (Tabela 12).

Tabela 12.

Análise de médias e frequência de respostas no QC (perspetiva paterna)

Itens	Pais (n=20)					
	M	DP	Nunca/ Raramente (%)	Às vezes (%)	Normalmente/ Sempre (%)	
Cooperação	Contar-me muitas coisas	3.74	1.20	15.8	21.1	63.2
	Pôr-me a par	3.37	1.12	21.1	31.6	47.4
	Falar bem de mim	3.21	1.40	31.6	21.1	47.4
	Perguntar-me a opinião	3.00	1.29	31.6	36.8	31.6
	Resolução de problemas disciplinares	3.68	1.34	21.1	26.3	52.6
Triangulação	Dizer coisas cruéis	2.05	1.62	73.7	-	26.3
	Usar filho/a contra mim	1.89	1.66	78.9	-	21.1
	Tentar manipular o/a filho/a	1.68	1.49	84.2	-	15.8
	Enviar-me mensagens através do/a filho/a	1.89	1.41	68.4	10.5	21.1
Conflito	Regras diferentes	3.05	1.18	26.3	47.4	26.3
	Níveis de exigência diferentes	2.79	1.13	42.1	36.8	21.1
	Discutir comigo	2.63	1.38	47.4	31.6	21.1
	Concordar em decisões de disciplina ^a	3.16	1.34	36.8	21.1	42.1
	Enfraquecer a posição de mãe/pai	1.68	1.29	84.2	5.3	10.5

^a item invertido

A fim de apresentar os resultados descritivos para os itens mais e menos pontuados pelas mães e pelos pais face às suas perceções de envolvimento parental, agruparam-se as frequências das cinco opções de resposta em três categorias: (1) Nunca/Raramente, (2) Às vezes e (3) Normalmente/Sempre. Para as mães, os itens *Colocar limites* (100%; $M = 3.00$; $DP = .00$), *Ajudar nos problemas* (100%; $M = 3.00$; $DP = .00$) e *Ajudar a aprender* (100%; $M = 3.00$; $DP = .00$), foram os mais frequentemente pontuados como “Normalmente/Sempre”. As mães pontuaram em maior número “Nunca/Raramente” no item *Dar banho/vestir* (25%; $M = 2.40$; $DP = .88$).

Relativamente à análise das médias dos itens respondidos pelas mães, verificou-se que o item *Ajudar nos problemas* ($M = 4.70$; $DP = .47$) foi o que obteve uma média mais elevada, já o item *Dar banho/vestir* ($M = 3.60$; $DP = 1.35$) obteve uma menor média (Tabela 13).

Tabela 13.

Análise de médias e frequência de respostas dadas na EEP (perspetiva materna)

Itens	Mães (n=20)				
	<i>M</i>	<i>DP</i>	Nunca/ Raramente (%)	Às vezes (%)	Normalmente/ Sempre (%)
Alimentar	4.05	1.32	15	5	80
Limites	4.55	.51	-	-	100
Ajudar nos problemas	4.70	.47	-	-	100
Banho/vestir	3.60	1.35	25	10	65
Deitar	4.65	.59	-	5	95
Ajudar a aprender	4.60	.50	-	-	100

Para os pais, os itens *Colocar limites* (100%; $M = 2.85$; $DP = .49$) e *Ajudar nos problemas* (100%; $M = 2.85$; $DP = .49$), foram os mais frequentemente pontuados como “Normalmente/Sempre”. Pontuaram em maior número “Nunca/Raramente” no item *Dar banho/vestir* (45%; $M = 2.00$; $DP = .97$).

Analisando as médias dos itens, verificou-se que o item *Limites* ($M = 4.40$; $DP = .83$) e o item *Ajudar nos problemas* ($M = 4.40$; $DP = .100$) foram aqueles com maior média, já o item *Dar banho/vestir* ($M = 2.80$; $DP = 1.47$) obteve uma média menor (Tabela 14).

Tabela 14.

Análise de médias e frequência de respostas dadas na EEP (perspetiva paterna)

Itens	Pais (n=20)				
	<i>M</i>	<i>DP</i>	Nunca/ Raramente (%)	Às vezes (%)	Normalmente/ Sempre (%)
Alimentar	3.70	1.22	15	15	70
Limites	4.40	.82	5	5	90
Ajudar nos problemas	4.40	.100	5	5	90
Banho/vestir	2.80	1.47	45	10	45
Deitar	4.15	1.14	10	10	80
Ajudar a aprender	4.30	.73	-	15	85

Coparentalidade e envolvimento parental: diferenças entre pais e mães divorciados/separados

Apesar de os pais apresentarem médias mais elevadas, comparativamente às mães, na Cooperação e na Triangulação e as mães médias superiores no conflito, não foram

encontradas diferenças estatisticamente significativas entre as percepções das mães e pais nas dimensões da coparentalidade (Cooperação, Triangulação e Conflito) (Tabela 15).

Tabela 15.

Coparentalidade: estatísticas descritivas e diferenças entre médias (classificações materna e paterna)

Subescalas	Mães (n=20)		Pais (n=20)		Z	p
	M	DP	M	DP		
Cooperação	3.27	.97	3.40	1.18	.72	.470
Triangulação	1.66	1.10	1.88	1.41	1.49	.136
Conflito	2.81	.85	2.66	.94	-1.43	.152

Apesar de as mães apresentarem médias mais elevadas em todos os itens em comparação aos pais, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nas percepções de mães e pais de envolvimento parental (Tabela 16).

Tabela 16.

Envolvimento Parental: estatísticas descritivas e diferenças entre médias (classificações materna e paterna)

Subescalas	Mães (n=20)		Pais (n=20)		Z	p
	M	DP	M	DP		
Alimentar	4.1	1.32	3.7	1.22	-1.04	.297
Límites	4.6	.51	4.4	.82	-.58	.564
Ajudar nos problemas	4.7	.47	4.4	.99	-1.27	.206
Banho/vestir	3.6	1.35	2.8	1.47	-1.86	.063
Deitar	4.7	.59	4.2	1.14	-1.64	.101
Ajudar a aprender	4.6	.50	4.3	.73	-1.73	.083

Coparentalidade e envolvimento parental: acordo interparental

Para analisar o grau de acordo interparental em relação à coparentalidade (Cooperação, Conflito e Triangulação) e envolvimento parental entre mães e pais, foram realizadas correlações entre estas variáveis. Verificou-se a existência de uma correlação significativa, positiva e moderada ($r = .571, p < .05$) entre a percepção das mães e dos pais de Cooperação e uma correlação significativa, positiva e muito forte ($r = .825, p < .001$) entre a percepção das mães e dos pais de Triangulação. Verificou-se ainda uma correlação significativa, positiva e muito forte ($r = .863, p < .001$) entre as percepções das mães e dos pais de Conflito (Tabela 17).

Tabela 17.*Correlações entre as percepções de Coparentalidade das mães e dos pais*

Mães (n=20)	Pais (n=20)		
	Cooperação	Triangulação	Conflito
Cooperação	.571*	-	-
Triangulação	-	.825**	-
Conflito	-	-	.863**

*p < .05; **p < .001

Não se verificaram correlações significativas entre a percepção das mães e dos pais sobre os itens de Envolvimento Parental (*Tabela 18*).

Tabela 18.*Correlações entre as percepções de Envolvimento Parental das mães e dos pais*

Mães (n=20)	Pais (n=20)					
	Alimentar	Limites	Ajudar nos problemas	Banho/vestir	Deitar	Ajudar aprender
Alimentar	.163	-	-	-	-	-
Limites	-	.116	-	-	-	-
Ajudar nos problemas	-	-	.337	-	-	-
Banho/vestir	-	-	-	.176	-	-
Deitar	-	-	-	-	.134	-
Ajudar aprender	-	-	-	-	-	.347

2.4. Discussão

O presente estudo pretendeu contribuir para o conhecimento sobre a coparentalidade e o envolvimento parental em mães e pais de famílias pós-divórcio, com filhos entre os 3 e os 10 anos. Considerando a carência de investigações sobre mães/pais divorciados/separados, este estudo propôs-se, num primeiro momento, a analisar as percepções de mães/pais divorciados/separados relativamente à coparentalidade e envolvimento parental, comparando-as com as de mães/pais casados/união de facto. Um segundo estudo, incidiu num grupo de mães e pais divorciados/separados analisando discrepâncias e acordo interparental face relação coparental e envolvimento parental.

Tendo em conta o primeiro estudo e considerando o primeiro objetivo, obter uma visão das respostas dos participantes em cada item dos questionários, os resultados relativos à coparentalidade mostraram que, de uma maneira geral, o padrão de respostas para mães/pais divorciados/separados e casados/união de facto é semelhante. Ainda assim, evidenciou-se que na dimensão da cooperação mães/pais divorciados/separados apresentam uma maior variabilidade de respostas comparativamente a mães/pais casados/união de facto, concentrando as suas respostas na opção “Nunca/Raramente”, apesar disso, perceberam que o ex-cônjuge tende, regularmente, a falar de forma positiva sobre eles com o/a filho/a. Esta análise vai ao encontro do estudo de Pereira (2022), que evidenciou que mães/pais casados/união de facto apresentam maiores níveis de cooperação em comparação com mães/pais divorciados/separados. A dispersão das respostas na triangulação também é superior nas mães/pais divorciados/separados, ainda assim, a variabilidade de respostas é reduzida, com a grande maioria de mães/pais divorciados/separados a perceberem uma baixa frequência de comportamentos de triangulação por parte dos ex-cônjuges, particularmente sobre a possibilidade de, perante uma discussão, a outra figura parental tentar manipular a criança de maneira que esta tome partido por um dos progenitores. Relativamente ao conflito, mães/pais casados/união de facto apresentam uma menor variabilidade de respostas, com a maioria a posicionarem-se em “Nunca/Raramente”, apesar disso, ambos os grupos percebem que a outra figura parental apresenta diferentes níveis de exigência em relação ao comportamento do/a filho/a. Assim sendo, os resultados evidenciam que, comparativamente a mães/pais casados/união de facto, as mães/pais divorciados/separados tendem a perceber uma maior frequência de comportamentos de triangulação e conflito, ainda que essa diferença seja reduzida. Isto vai ao encontro do estudo de Pereira (2022), que constatou que mães/pais divorciados/separados revelam níveis superiores de triangulação e conflito relativamente a mães/pais casados/união de facto.

Considerando a análise das respostas aos itens da EEP, à semelhança da coparentalidade, é possível verificar que existem padrões de resposta semelhantes entre a perspectiva de mães/pais divorciados/separados e casados/união de facto, destacando a escassa variabilidade nas respostas, com a maioria dos participantes a responder “Normalmente/Sempre”. Além disso, é evidente que em ambos os grupos mães/pais consideram estar, frequentemente, mais envolvidos em ajudar os/as filhos/as a lidar com problemas pessoais, já a participação em tarefas presenciais (e.g. dar banho, vestir, alimentar) não é tão recorrente. Uma possível explicação para estes resultados prende-se pela autonomização gradual das crianças, visto que embora a amostra do presente incluía crianças em idade pré-escolar, também foram abrangidas crianças com idade mais avançada, o que pode implicar que algumas destas já sejam mais autónomas em algumas

atividades (e.g. tomar banho, vestir, alimentar) e não necessitem do auxílio dos progenitores para as realizarem. Desta forma, como recomendação para futuras investigações, destaca-se estudar separadamente as faixas etárias das crianças.

Relativamente ao segundo objetivo, explorar a existência de diferenças entre a percepção de mães/pais separados/divorciados e casados/união de facto sobre a percepção coparentalidade, os resultados evidenciam que, quando comparados com as mães/pais divorciados/separados, os progenitores casados/união de facto percebem que o cônjuge é mais cooperante na relação coparental. Para além disso, os resultados mostraram que mães/pais divorciados/separados reportam mais conflito por parte do ex-cônjuge em comparação com os casados/união de facto. Estes resultados vão ao encontro de outros estudos, nomeadamente de Rodrigues (2024), que constatou que progenitores casados/união de facto apresentam níveis mais elevados de cooperação e de Pereira et al. (2016), que verificaram que mães/pais divorciados/separados apresentam uma relação coparental marcada por uma fraca cooperação e um grau de conflito mais elevado.

No que diz respeito ao envolvimento parental, verificou-se apenas uma diferença estatisticamente significativa relativamente à frequência com que os progenitores se envolvem diretamente na tarefa de dar banho ou vestir os filhos, mostrando que as mães/pais casados/união de facto consideram realizar essas atividades mais frequentemente. Uma possível explicação para estes resultados pode dever-se ao facto de ser uma tarefa que exige presença física, não podendo ser desempenhada, no caso do divórcio, nos momentos em que a criança está com o outro progenitor. Neste estudo, apenas foi possível verificar o regime de residência num reduzido número de mães/pais, tendo estes na maioria residência permanente, pelo que em estudos futuros seria importante perceber se a diferença no envolvimento parental nesta tarefa pode ser justificada pelo regime de residência ou outras variáveis (e.g. idade, sexo da criança).

Relativamente ao segundo estudo, procurou-se também, num primeiro momento, proceder a uma análise descritiva das pontuações de ex-cônjuges nos questionários relativos à coparentalidade e ao envolvimento parental. Os resultados acerca da coparentalidade evidenciaram semelhanças nos padrões de resposta dados pelas mães e pelos pais. No entanto, considerando a cooperação, a variabilidade de respostas é superior nas mães, havendo um número elevado destas a posicionarem-se em “Nunca/Raramente” e “Às vezes”, ainda assim, percebem que o ex-cônjuge atua frequentemente de modo a participar na resolução de problemas disciplinares relacionados com a criança. Esta análise vai, em parte, ao encontro do estudo de Souza (2018), que constatou que as mães percebem que a relação coparental com o ex-cônjuge é marcada por pouca cooperação.

Relativamente à dimensão da triangulação, a variabilidade de respostas é reduzida em ambos os progenitores, apesar disso, os pais tendem a perceberem que as mães apresentam, regularmente, comportamentos trianguladores, posicionando-se na opção “Normalmente/Sempre”, principalmente quando se trata de, na presença do/a filho/a, dizer coisas dolorosas ou que possam magoar o outro progenitor. Souza (2018) também verificou que os pais tendem a caracterizar a relação coparental com a ex-companheira como tendo níveis elevados de comportamentos sabotadores e de triangulação. As respostas dadas pelas mães ao conflito encontram-se menos dispersas, comparativamente aos pais, havendo um maior número destas a posicionarem-se em “Normalmente/Sempre”, considerando, principalmente, que o ex-cônjuge apresenta, regularmente, diferentes níveis de exigência em relação ao comportamento do/a filho/a.

No que diz respeito ao envolvimento parental, foi possível verificar que as respostas das mães, em comparação aos pais, apresentam menor variabilidade, encontrando-se mais concentradas no tipo de resposta “Normalmente/Sempre”, o que vai ao encontro do estudo de Souza (2018), que constatou que as mães tendem a envolver-se significativamente mais nas tarefas dos/as filho/as em comparação aos pais. Além disso, as mães percebem estar frequentemente mais envolvidas no auxílio dados ao/à filho/a em lidar com os problemas pessoais, enquanto o envolvimento em tarefas de contacto físico (e.g. dar banho, vestir, alimentar) é reduzido. Já os pais, estes evidenciam envolver-se regularmente no estabelecimento de limites ao comportamento da criança e em ajudá-la a lidar com os problemas pessoais, e em semelhança às mães, as tarefas de cuidados da vida diária (e.g. dar banho, vestir) são aquelas em que os pais não estão tão frequentemente envolvidos. Estes resultados podem ser explicados, assim como mencionado anteriormente, pela amostra compreender crianças com idades mais avançadas e, conseqüentemente, com um maior sentido de autonomia. O facto da maioria das crianças ter regime residência alternada também pode auxiliar a compreensão de um menor envolvimento em tarefas cujo contacto físico dos progenitores é necessário, uma vez que, estes não poderão estar presentes diariamente. Além disso, apesar da dispersão das respostas dadas pelos pais, estes parecem estar envolvidos nas tarefas de cuidados e disciplina dos/as filhos/as, com exceção das atividades de alimentação e higiene, isto pode indicar que o envolvimento paterno tem se vindo a modificar, levando a que os pais fujam do estereótipo tradicional e não exerçam apenas o papel de provedores, passando a envolverem-se mais ativamente em determinados aspetos da vida dos/as filhos/as (Souza, 2018).

Considerando o segundo objetivo, explorar a existência de discrepâncias entre a percepção de mães e pais separados/divorciados sobre a coparentalidade, não foram encontradas

diferenças estatisticamente significativas, sugerindo que ambos os progenitores percebem a relação coparental de forma similar. Estes resultados não estão em consonância com a literatura que tende a encontrar diferenças na percepção de coparentalidade de mães e pais divorciados/separados, assim como foi constatado no estudo de Pereira (2022). Esta discrepância face às investigações científicas sobre o tema pode ser explicada pelo tamanho reduzido da amostra que não permitiu detetar diferenças entre as mães e os pais. Como tal, sugere-se prudência na leitura e interpretação dos resultados.

No que diz respeito ao envolvimento parental, também não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas. Esta ausência de diferenças pode espelhar a crescente mudança do envolvimento paterno na vida das crianças (Souza, 2018), e pode ainda dever-se ao regime de residência, uma vez que, se a residência da criança for alternada pode significar que o envolvimento de ambos os progenitores nas atividades de cuidados e disciplina é semelhante.

Face ao último objetivo, verificar o nível de acordo interparental, foi possível observar, em relação à coparentalidade, que as percepções das mães e dos pais estão em concordância na forma como percebem a relação coparental, particularmente no que concerne à triangulação e ao conflito, em que o grau de acordo foi mais elevado em comparação à cooperação. Estes resultados são consistentes com a investigação científica que constata que mães e pais tendem a ter perspetivas semelhantes face ao conflito, uma vez que, envolve comportamentos mais negativos e evidentes (Zhao et al., 2022).

No que se refere ao envolvimento parental, que traduz uma percepção individual do próprio comportamento, não foram encontradas associações entre as percepções das mães e dos pais. Este resultado pode sugerir que a forma como as mães percebem a presença e disponibilidade para realizarem tarefas relacionadas aos cuidados e disciplina dos/as filhos/as não se relaciona com a forma como os pais percebem a sua disponibilidade e presença.

2.5. Conclusão

Considerando a escassez de literatura sobre o tema, o presente trabalho traduz-se num contributo para a compreensão da relação entre a coparentalidade e envolvimento parental em pais e mães divorciados/separados. Desta forma, propôs-se comparar, num primeiro estudo, as percepções que mães/pais divorciados/separados e casados/união de facto têm da relação coparental e do envolvimento parental, recorrendo a dois tipos de análises. Incluiu-se a análise descritiva dos itens e a média dos mesmos, no sentido de enriquecer o teor da análise, e ainda, a análise das diferenças entre grupos. Num segundo estudo, com o

propósito de comparar as percepções entre mães e pais, da mesma criança, divorciados/separados, utilizaram-se os mesmos procedimentos de análise empregues no primeiro estudo, acrescentando a associação entre as variáveis. Ao escolher estas metodologias, foi possível obter uma comparação mais ampla e pormenorizada das perspetivas de todos os participantes.

De modo geral, os resultados do primeiro estudo mostraram que existem poucas discordâncias na percepção de coparentalidade e de envolvimento parental. A única diferença encontrada ao nível da coparentalidade foi que mães/pais divorciados/separados percecionam a outra figura parental como sendo mais conflituosa, já progenitores casados/união de facto relatam mais cooperação por parte dos/as companheiros/as. No que diz respeito ao envolvimento parental, verificou-se os progenitores casados/união de facto evidenciam realizar com maior frequência tarefas que exigem a presença física destes (e.g. dar banho, vestir). Os resultados do segundo estudo sugerem que as percepções dos ex-cônjuges sobre a relação coparental é semelhante, e estão positivamente associadas, e que a percepção que as mães têm da sua disponibilidade e participação na realização de tarefas relacionadas aos cuidados e disciplina dos/as filhos/as não se relaciona com a forma como os pais percecionam a presença deles nestes aspetos da vida das crianças.

No que concerne às limitações do estudo, salienta-se primeiramente, a dificuldade na recolha de dados, em particular para o estudo de ex-cônjuges, o que levou a que o número de participantes no estudo 2 fosse muito reduzido, impedindo a realização de outras análises que enriqueceriam os resultados. Desta forma, os resultados deste estudo devem ser interpretados à luz desta limitação. Também em relação ao estudo 1, o tamanho da amostra, bem como as suas características não permitem a representatividade ou generalização dos resultados. Com efeito, trata-se de uma amostra comunitária, maioritariamente constituída por mães, com um nível de escolaridade alto, profissionalmente ativa e de classe média. Assim, poderia ser relevante, em futuras investigações, recolher dados em outros contextos e estudar amostras mais diversificadas, com um número homogéneo de mães e pais e com participantes com características sociodemográficas diferentes (i.e., escolaridade, situação profissional, nível socioeconómico). Em segundo lugar, reconhece-se que a eventual desajustabilidade social dos participantes pode ter influenciado as respostas dadas em ambos os questionários, de forma a camuflar possíveis aspetos mais negativos da parentalidade. Por fim, destaca-se que a Escala de Envolvimento Paterno foi desenvolvida originalmente para avaliar a perspetiva do pai, sendo que neste estudo foi usada para avaliar também o envolvimento materno. Acresce que não foram utilizadas as suas dimensões, mas apenas alguns itens. Sugere-se

que em futuras investigações se possa indagar a percepção que cada progenitor tem do envolvimento do cônjuge/ex-cônjuge na tarefa, à semelhança do que é pedido no Questionário da Coparentalidade, em que os participantes respondem aos itens visando o comportamento do outro progenitor e não o seu próprio, de modo a obter uma visão distinta do envolvimento parental.

Finalmente, é importante referir as implicações deste estudo para a prática no âmbito da Psicologia Clínica e da Saúde, particularmente, em programas de intervenção e apoio direcionados para progenitores divorciados/separados focados no fortalecimento das competências parentais, de modo a garantir uma relação coparental de qualidade, e em programas de mediação familiar focados na redução do conflito coparental. As intervenções direcionadas para uma coparentalidade positiva também poderão contribuir para um envolvimento parental equilibrado, uma vez que este também é crucial para o bem-estar das crianças, dado que, o divórcio/separação é um evento impactante na vida das crianças, podendo afetar o bem-estar emocional e a adaptação social das mesmas (Almeida et al., 2000).

Referências Bibliográficas

- Ahrons, C. R. (1980). Divorce: A crisis of family transition and change. *Family Relations*, 29(4), 533 – 540. <https://doi.org/10.2307/584469>
- Ahrons, C.R. (2015). Divorce: An Unscheduled Family Transition. In M. McGoldrick, E.A. Carter & N. Garcia-Preto (Eds.), *The expanding family life cycle: Individual, family, and social perspectives*. (pp. 376-393). Pearson Education
- Almeida, C. G. D., Peres, E. A., Garcia, M. R., & Pellizzar, N. C. S. (2000). Pais separados e filhos: Análise funcional das dificuldades de relacionamento. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 17, 31-43. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2000000100003>
- Amato, P. R. (2010). Research on divorce: Continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family*, 72(3), 650–666. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00723.x>
- Amato, P. R., & Keith, B. (1991). Parental divorce and the well-being of children: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 110(1), 26–46. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.110.1.26>
- Belsky, J., & Jaffee, S. R. (2006). The multiple determinants of parenting. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.). *Developmental psychopathology: Risk, disorder, and adaptation* (2nd ed., pp. 38–85). John Wiley & Sons, Inc. <https://doi.org/10.1002/9780470939406.ch2>
- Bonach, K. (2005). Factors contributing to quality coparenting: Implications for family policy. *Journal of Divorce & Remarriage*, 43(3-4), 79–104. https://doi.org/10.1300/Jo87v43n03_05
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar* (2a ed.). Artes Médicas.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Lawrence Erlbaum Associates.
- Costa, C. B. D., Machado, M. R., Schneider, M. C., & Mosmann, C. P. (2017). Subsistema coparental: Revisão sistemática de estudos empíricos. *Psico*, 48(4), 339-351. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2017.4.25386>
- D'Onofrio, B., & Emery, R. (2019). Parental divorce or separation and children's mental health. *World Psychiatry*, 18(1), 100. <https://doi.org/10.1002/wps.20590>

- Dumitriu, C. G., Prodan, N. G., & Toma, A. M. (2023). Intra and interparental factors influencing post-divorce co-parenting. *Anthropological Researches and Studies*, 13, 12-34. <https://doi.org/10.26758/13.1.2>
- Dush, C. M. K., Kotila, L. E., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2011). Predictors of supportive coparenting after relationship dissolution among at-risk parents. *Journal of Family Psychology*, 25(3), 356. <https://doi.org/10.1037/a0023652>
- Fabrino, V., N. (2012). *Afetividade e base familiar: norteadores da formação da personalidade*. [Trabalho de conclusão de curso, Faculdade Norte Capixaba de São Mateus].
- Fedullo, S. (2001). Filhos do divórcio. *Temas em Terapia Familiar*, 131-143. <https://pt.scribd.com/document/546679054/Filhos-do-divorcio-1>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95–131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01
- Figueiredo, B., & Lamela, D. (2014). Parentalidade e coparentalidade: Conceitos básicos e programas de intervenção. In V.S. Lima (Ed.), *Clínica Universitária de Psicologia: contributos para a intervenção em Psicologia* (pp. 151-172). Universidade Católica Editora – Porto. <http://hdl.handle.net/10400.14/25191>
- Fivaz–Depeursinge, E., Lopes, F., Python, M., & Favez, N. (2009). Coparenting and toddler's interactive styles in family coalitions. *Family process*, 48(4), 500-516. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.2009.01298.x>
- Frizzo, G. B., Kreutz, C. M., Schmidt, C., Piccinini, C. A., & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica. *Journal of Human Growth and Development*, 15(3), 84-93. <https://doi.org/10.7322/jhgd.19774>
- Ganong, L.H., Coleman, M., & Sanner, C. (2019). Divorce and remarried Parenting. In M.H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting - Volume 3: Becoming a Parent* (pp. 311-344). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429433214>
- Grzybowski, L. S., & Wagner, A. (2010). Casa do Pai, casa da Mãe: A coparentalidade após o divórcio. *Psicologia: Teoria E Pesquisa*, 26(1), 77. <https://doi.org/10.1590/S010237722010000100010>

- Grzybowski, L. S. & Wagner, A. (2010). O envolvimento parental após a separação/divórcio. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(2), 289-298. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200011>
- Hoghugh, M. (2004). Parenting—an introduction. In M. Hoghugh, N. Long (Eds.) *Handbook of Parenting: Theory and Research for Practice* (pp. 2-18). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781848608160>
- Hoghugh, M., & Speight, A. N. P. (1998). Good enough parenting for all children—a strategy for a healthier society. *Archives of disease in childhood*, 78(4), 293-296. <https://doi.org/10.1136/adc.78.4.293>
- Homem, T. C., Canavarro, M. C., & de Freitas Pereira, A. I. L. (2009). Factores protectores e de vulnerabilidade na adaptação emocional e académica dos filhos ao divórcio dos pais. *Psicologia*, 23(1), 7-25. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v23i1.315>
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2011). O divórcio destrutivo na perspectiva de filhos com menos de 12 anos. *Estilos da clínica*, 16(1), 222-245. <http://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v16i1p222-245>
- Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). Paternal behavior in humans. *American zoologist*, 25(3), 883-894. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1093/icb/25.3.883>
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2010). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: Contributos da teoria da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23, 562-574. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000300017>
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica [Theoretical models of coparenting relations: Critical review]. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 205–216. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000100022>
- Liu, S., Zhang, D., Wang, X., Ying, J., & Wu, X. (2022). A network approach to understanding parenting: Linking Coparenting, Parenting Styles, and Parental Involvement in Rearing Adolescents in Different Age Groups. *Developmental Psychology*. <http://dx.doi.org/10.1037/dev0001470>
- Lizarazu, L., & Cracco, C. (2021). Father involvement after divorce: A systematic review. *Ciencias Psicológicas*, 15(2). <https://doi.org/10.22235/cp.v15i2.2408>

- Maccoby, E. E., Depner, C. E., & Mnookin, R. H. (1990). Coparenting in the second year after divorce. *Journal of Marriage and the Family*, 52(1), 141–155. <https://doi.org/10.2307/352846>
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3–21. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (5ª ed). ReportNumber, Lda.
- McGoldrick, M., Carter, E. A., & Garcia-Preto, N. (2015). *The expanding family life cycle: Individual, family, and social perspectives*. (5th ed.). Pearson Education
- McHale, J.P., & Sirotkin, Y.S. (2019). Coparenting in Diverse Family Systems. In M.H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting - Volume 3: Becoming a Parent* (pp. 137-166). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780429433214>
- Mussumeci, A. A., & Ponciano, E. L. T. (2019). Ciclo de vida conjugal: Momentos de estresse previsíveis e imprevisíveis ao longo do casamento. *Psicologia em Revista*, 25(3), 1171-1193. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2019v25n3p1171-1193>
- Newland, L. A., Coyl-Shepherd, D. D., & Paquette, D. (2013). Implications of mothering and fathering for children's development. *Early Child Development and Care*, 183(3-4), 337-342. <http://dx.doi.org/10.1080/03004430.2012.711586>
- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação oortuguesa do questionário de coparentalidade: Análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(1), 116-125. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>
- Pereira, B. S. (2022). Vamos falar sobre divórcio. OPP. https://recursos.ordemdospsicologos.pt/files/artigos/vamos_falar_sobre_divorcio.pdf
- Pereira, I. S. (2022). *Funcionamento familiar, resiliência e coparentalidade: Estudo com pais e mães em famílias com e sem divórcio*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga]. Repositório Científico do Instituto Superior Miguel Torga. <http://repositorio.ismt.pt/jspui/handle/123456789/1422>
- Petren, R. E., Ferraro, A. J., Davis, T. R., & Pasley, K. (2017). Factors linked with coparenting support and conflict after divorce. *Journal of Divorce & Remarriage*, 58(3), 145-160. <https://doi.org/10.1080/10502556.2017.1300013>

- PorData. (2025, março). *Divórcios por modalidade do casamento*. PorData. <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/populacao/casamentos-e-divorcios/divorcios-por-modalidade-do-casamento>
- PorData. (2025, março). *Taxa Bruta de Divórcio*. PorData. <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/populacao/casamentos-e-divorcios/taxa-bruta-de-divorcio-o>
- Raposo, H. S., Figueiredo, B. F. D. C., Lamela, D. J. P. D. V., Nunes-Costa, R. A., Castro, M. C., & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Archives of Clinical Psychiatry*, 38(1), 29-33. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832011000100007>
- Rodrigues, C. A. (2024). *Coparentalidade e Estilo Parental: comparação de uma amostra de pais casados e de pais separados/divorciados*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/117312>
- Salvador, M. I. C. (2024). *Perceção de Coparentalidade e de Problemas Socioemocionais de Crianças em Idade Pré-Escolar: Um Estudo Comparativo entre Mães e Pais em Famílias Nucleares Intactas*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade da Beira Interior.
- Santos, J. N. (2023). *Conflito Coparental, Ajustamento ao Divórcio e Coparentalidade*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/108999>
- Schmidt, B., Gomes, L. B., Bossardi, C. N., Bolze, S. D. A., Vieira, M. L., & Crepaldi, M. A. (2019). Envolvimento parental e temperamento de crianças: uma revisão sistemática da literatura. *Contextos clínicos*, 12(1), 75-103. <https://doi.org/10.4013/ctc.2019.121.04>
- Severino, R.U., Ribeiro, M.T., & Francisco, R. (2014). A mediação familiar no âmbito do divórcio e das responsabilidades parentais. In M.T. Ribeiro, P.T. Matos & H.R. Pinto (Ed.), *Mediação familiar: contributos de investigações realizadas em Portugal*. (pp. 70-87). Universidade Católica Editora.
- Silva, L. D. L. D., Chapadeiro, C. A., & Assumpção, M. C. (2019). O exercício da parentalidade após a dissolução conjugal: Uma revisão integrativa. *Pensando famílias*, 23(1), 105-120. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v23n1/v23n1a09.pdf>

- Silva, L. D. L., Chapadeiro, C. A., & da Silva, L. M. (2020). A construção da parentalidade após a dissolução conjugal e as oficinas de parentalidade. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 29(66), 87-100. <http://doi.org/10.38034/nps.v29i66.519>
- Simões, R., Leal, I., & Marôco, J. (2010). *Escala de envolvimento paterno: Um estudo de validação de um instrumento*. Placebo Editora.
- Souza, F. M. (2018). *Relação entre coparentalidade, envolvimento parental e práticas parentais de pais e mães de famílias binucleares*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205079>
- Souza, F. M. D., Fiorini, M. C., & Crepaldi, M. A. (2020). Coparentalidade e envolvimento parental em famílias binucleares: Revisão sistemática. *Actualidades en Psicología*, 34(129), 119-140. <https://doi.org/10.15517/ap.v34i129.35334>
- Souza, P. B. M. D., Ramos, M. D. S., Pontes, F. A. R., & Silva, S. S. D. C. (2016). Coparentalidade: Um estudo de revisão sistemática de literatura. *Estilos da Clínica*, 21(3), 700-720. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i3p700-720>
- Tachibana, M., & Rezende, G. G. D. (2020). Como é ser pai numa família monoparental masculina?. *Pensando Famílias*, 24(2), 90-105. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v24n2/v24n2a08.pdf>
- Tao, S., & Lau, E. Y. H. (2021). Coparenting and parental involvement during school transition among chinese mothers and fathers: Children's school liking as a moderator. *Frontiers in Psychology*, 12, 769416. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.769416>
- Teubert, D., & Pinquart, M. (2010). The association between coparenting and child adjustment: A meta-analysis. *Parenting: Science and Practice*, 10(4), 286-307. <https://doi.org/10.1080/15295192.2010.492040>
- Van Egeren, L. A., & Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development*, 11(3), 165-178. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035625.74672.0b>
- Weber, A. S., Machado, M. S., & Pereira, C. R. R. (2021). A experiência da coparentalidade na guarda compartilhada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, e221957. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221957>

Zhao, F., Wu, H., Li, Y., Zhang, H., & Hou, J. (2022). The association between coparenting behavior and internalizing/externalizing problems of children and adolescents: A meta-analysis. *International Journal of Environmental Research and Public Health*. MDPI. <https://doi.org/10.3390/ijerph191610346>